

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

PATRICIA CARLA GUILHERMITTI

**O IMPACTO DA ATUAÇÃO DAS FUNDAÇÕES DE APOIO ÀS
INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS – ICT’S PARA O
DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2018

PATRICIA CARLA GUILHERMITTI

**O IMPACTO DA ATUAÇÃO DAS FUNDAÇÕES DE APOIO ÀS
INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS – ICT’S PARA O
DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Especialista na Pós-
Graduação em Gestão Pública Municipal,
Modalidade de Ensino à Distância, da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR –
Campus São José dos Campos.
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Tonon

CURITIBA - PR

2018



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Gestão Pública Municipal



TERMO DE APROVAÇÃO

O impacto da atuação das Fundações de Apoio às Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT's para o desenvolvimento e fortalecimento da gestão das políticas públicas.

Por

PATRICIA CARLA GUILHERMITTI

Monografia apresentada às 14:00, do dia 19 de outubro de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Turma , ofertado na modalidade de Ensino a Distância, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

leonardo tonon
UTFPR - Curitiba
(orientador)

Joao Mansano Neto
UTFPR - Curitiba

Andrea de Souza
UTFPR - Curitiba

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho, primeiramente a Deus,
por ser essência em minha vida,
ao meu orientador pela paciência e dedicação
e aos meus familiares que estão comigo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida.

Agradeço a minha família, Rosa Guilhermitti (mãe), Ricardo Guilhermitti (pai) e Gabriela Guilhermitti (irmã) por estarem sempre ao meu lado, pela paciência e cumplicidade ao longo dessa jornada.

Agradeço ao meu amigo David Rangel por estar comigo durante todo o curso e me incentivar.

Agradeço ao Prof. Dr. Leonardo Tonon por ter me orientado nesse trabalho com seus ensinamentos.

Agradeço a todos os professores que estiveram presentes nesse ciclo.

Agradeço ao apoio do Polo Presencial da UTFPR em São José dos Campos.

RESUMO

GUILHERMITTI, Patrícia Carla. O impacto da atuação das Fundações de apoio às Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT's para o desenvolvimento e fortalecimento da Gestão das Políticas Públicas. 2018. 69 folhas. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018.

O trabalho foi desenvolvido através da técnica de pesquisa documental que apresenta uma abordagem teórico-conceitual da análise da questão da atuação das Fundações de Apoio nas Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT's, no tocante à captação e gestão de recursos públicos para o desenvolvimento, fortalecimento e crescimento das políticas públicas. As políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática os direitos que são previstos na Constituição Federal. Discute-se os principais pontos de captação de recursos para o setor de ciência, tecnologia, inovação e comunicação e apresenta o papel fundamental e a importância das fundações de apoio através dos Convênios/Projetos. Em complemento são expostos ao leitor os conceitos sobre a atuação e importância do terceiro setor no país para execução do planejamento orçamentário e financeiro do Estado. Traz como resultado o estudo de caso que utiliza como fonte de dados o Relatório de Atividades 2017 da FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais no desenvolvimento e fortalecimento da política pública voltada para a ciência, tecnologia, inovação e comunicação no INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Posteriormente apresenta dados do Convênio CBERS 4 A que fundamenta que as atividades realizadas por tais Fundações são relevantes e valiosas para o crescimento do país.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Ciência e Tecnologia, Fundação de Apoio e Políticas Públicas.

ABSTRACT

GUILHERMITTI, Patrícia Carla. The impact of the activities of the Scientific and Technological Institutions - ICT's for the development and strengthening of Public Policy Management. 2018. 69 leaves. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, São José dos Campos, 2018.

The work was developed through the documentary research technique that presents a theoretical-conceptual approach to the analysis of the question of the action of the Foundations of Support in the Scientific and Technological Institutions (ICTs), in the capture and management of public resources for the development, strengthening and growth of public policies. Public policies are actions and programs developed by the State to guarantee and put into practice the rights that are provided for in the Federal Constitution. It discusses the main fundraising points for the science, technology, innovation and communication sector and presents the fundamental role and importance of support foundations through the Covenants / Projects. In addition, the reader is exposed to the concepts about the performance and importance of the third sector in the country for the execution of the budgetary and financial planning of the State. It brings as a result the case study that uses as a data source the Activity Report 2017 of the FUNCATE - Science, Applications and Space Technology Foundation in the development and strengthening of the public policy focused on science, technology, innovation and communication in INPE - Institute Subsequently, it presents data from the CBERS 4 A Agreement, which establishes that the activities carried out by such Foundations are relevant and valuable for the country's growth.

Keywords: Third Sector, Science and Technology, Foundation of Support and Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Figura 2 – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dispêndios do governo federal em ciência e tecnologia (C&T) por atividade, 2000-2016.

Tabela 2 - 10 Instituições mais favorecidas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Tabela 3 - Cronograma orçamentário do valor do repasse.

Tabela 4 – Processos de compras por modalidade da FUNCATE

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Setorização dos Agentes por finalidades.

Quadro 2 - Principais legislações sobre as fundações de apoio.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTC - Atividades Científicas e Técnicas Correlatas.

CJU - Consultoria Jurídica da União.

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social.

CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação.

FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICT's – Instituições Científicas e Tecnológicas.

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior.

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

MCTIC – Ministério da Ciência Tecnologia, Inovação e Comunicação.

MEC - Ministério da Educação.

MPSP – Ministério Público do Estado de São Paulo.

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento.

SUMÁRIO.

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Tema	13
1.2	Problema	14
1.3	Justificativa	14
1.4	Objetivos	14
1.5	Objetivos Específicos	15
1.6	Método	15
1.7	Estrutura	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	Políticas Públicas: Direitos Fundamentais Sociais	16
2.2	O Terceiro Setor no Brasil	19
2.3	Surgimento das Fundações	22
2.4	Fundações Públicas	23
2.5	Fundações Privadas	24
2.6	Fundações de Apoio	25
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
3.1	Caracterizações do Estudo	26
3.2	Base de Dados	27
4	ESTUDO DE CASO	29
4.1	Históricos do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	29
4.2	Históricos da FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais;	30
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	38
	ANEXOS	41

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema

De modo geral, os setores econômicos podem ser divididos em três: o primeiro setor é o Estado que tem a função de atuar na administração pública; no segundo setor encontram-se as empresas privadas que buscam lucros e melhores colocações do mercado; e, no terceiro setor, encontram-se as associações e entidades sem fins lucrativos. Nesse contexto, pode-se conceituar terceiro setor como “o conjunto de organismos, organizações ou instituições dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento” (PAES 2010, p. 134).

Nesse universo surgem as Fundações de Apoio que atuam em conjunto com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as Instituições Científicas Tecnológicas (ICTS). Com o advento da Lei nº 8.958/94 as fundações de apoio passaram a desempenhar atividades de auxílio às instituições federais, gerenciando recursos públicos e de agência de fomento.

O relacionamento entre as fundações de apoio e o órgão apoiado ocorre mediante assinatura de convênio, contratos e acordos envolvendo repasses de recursos. Quando a fundação de apoio realiza o gerenciamento de recursos públicos que lhe são repassados, é importante ressaltar os princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assim, as fundações de apoio deverão submeter-se às normas de licitação e contratos da administração pública, especificamente quando se trata de contratação de obras, compras e serviços (PAES, 2010).

Diante do exposto, torna-se relevante no campo científico e social a análise da atuação das fundações de apoio no tocante à captação e gestão de recursos públicos para o desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas da instituição apoiada para o desenvolvimento da gestão de políticas públicas. É fundamental o conhecimento do papel das fundações de apoio, bem como o seu funcionamento de acordo com a legislação vigente.

Dessa forma, na sequência serão apresentados o problema de pesquisa, justificativa, bem como os objetivos e métodos utilizados para a realização deste trabalho.

1.2 Problema

Qual a relevância das atividades desempenhadas por uma Fundação de Apoio nas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT's) para o desenvolvimento, fortalecimento e crescimento das políticas públicas?

1.3 Justificativa

O terceiro setor auxilia ao Estado na prestação de serviços que encontram limitações para execução do planejamento orçamentário pelo próprio ente público, dentre inúmeras instituições pode-se citar as Fundações de Apoio que tem por objetivo fornecer auxílio administrativo e financeiro para a execução dos convênios, contratos e acordos firmados entre os Institutos e as Fundações.

A atuação das fundações de apoio junto às IFES e ICTS é ressaltada devido à autonomia administrativo-financeira intrínseca dessas instituições, visto que possuem maior flexibilidade na realização dos projetos, se ajustando às necessidades e carências das IFES e ICTS. Desta forma, “o campo do ensino e da pesquisa é um dos mais propícios e férteis à atuação fundacional” (PAES, 2010, p.260). As fundações de apoio assessoram as IFES e ICTS a transformarem suas ideias em projetos com resultados imediatos e produtivos, ou seja, atuam no desenvolvimento e na transferência do conhecimento (ALVES, 2000).

Ao analisar as políticas em C&T no Brasil, e comparando-as com outras nações, podemos traçar um quadro interpretativo sociológico sobre tal realidade, ou segundo Sobral (2004) cabe às Ciências Sociais “desvendar esses meandros do desenvolvimento científico e tecnológico que revelam, por um lado, a natureza social da ciência e tecnologia e, por outro, a complexidade do social, pois a ciência e a tecnologia se localizam no campo da ação social” (Sobral, 2004, p.234).

1.4 Objetivos

A presente pesquisa, portanto, tem por objetivo geral analisar a atuação das Fundações de Apoio nas Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT's para o desenvolvimento, fortalecimento e crescimento das políticas públicas voltadas para área da ciência, tecnologia, inovação e comunicação, através do estudo de caso do Relatório Anual de Atividades 2017 da FUNCATE.

1.5 Objetivos Específicos

- Evidenciar a importância de investimentos nas políticas públicas voltadas para a ciência, tecnologia, inovação e comunicação para o desenvolvimento do Brasil;
- Identificar fatores relevantes da atuação das Fundações de Apoio com ações que beneficiam o avanço da ciência, tecnologia, inovação e comunicação no país;
- Apresentar análise de resultado através do estudo de caso do Relatório de Atividades 2017 da FUNCATE, utilizando o Convênio CBERS 4 A como exemplificador.

1.6 Método

O trabalho foi desenvolvido através do método de Estudo de Caso, por meio da técnica de pesquisa documental. O caso envolvido, portanto, foi o da FUNCATE e sua parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. O documento utilizado como fonte de dados consistiu no Relatório de Atividades FUNCATE 2017.

1.7 Estrutura

Em termos de estrutura, de forma geral, o trabalho foi dividido em cinco capítulos, os quais o primeiro consta a introdução, o segundo a fundamentação teórica, o terceiro procedimento metodológico, o quarto o estudo de caso e, por fim, são traçadas as considerações finais,

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Serão apresentados os principais conceitos relacionados ao tema abordado, o conceito de políticas públicas, o surgimento do Terceiro Setor e o surgimento das Fundações de Apoio como incentivadora do desenvolvimento da ciência, tecnologia, inovação e comunicação.

2.1 Políticas Públicas: Direitos Fundamentais Sociais

O Estado Democrático de Direito é caracterizado, por afirmar, garantir e pretender promover direitos iguais para todos sem discriminação de qualquer espécie. Entretanto, as condições de igualdade precisam ser produzidas. Assim, o conjunto de ações que o Poder Público realiza, visando o efetivo exercício da igualdade, constitui as políticas públicas.

Políticas Públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, do seu processo de construção e da atuação dessas decisões. (SECCHI, 2013)

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece não só os direitos sociais (art. 6º e 7º), mas também as linhas gerais as políticas públicas pelas quais os administradores devem se pautar para garantir o efetivo exercício de tais direitos.

Por outro lado, o próprio sentido de cidadania está sendo redesenhado, através da participação da sociedade civil (conselhos gestores de políticas públicas – municipais estaduais e federais) na elaboração das decisões políticas, exemplo disso são os conselhos gestores de políticas públicas.

Nesse sentido Gustavo Henrique Justino de Oliveira explicita, (2008, p.31) :

[...] não é possível deixar de notar que o Texto Constitucional Pátrio, em diversos momentos, “pautou o caminho para uma maior participação dos cidadãos na esfera administrativa. Em face disso, teve início no Brasil a real democratização administrativa, a ser implementada por intermédio da participação popular na Administração Pública (...)”.

O denominador mais comum de todas as análises de redes de políticas públicas é que a formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos. A própria esfera estatal é entendida como um sistema de múltiplos atores (SCHNEIDER, 2005).

Schneider, 2005 defende esse modelo de redes de políticas públicas partindo do princípio de que os recursos estatais são cada vez mais incapazes de garantir sozinhos os recursos necessários para a produção de políticas (formulação e implementação), o que pressupõe um processo de cooperação com atores não estatais e privados. Para dar conta de

suas responsabilidades cada vez mais amplas e complexas, o Estado se vê obrigado a buscar recursos por meio de um processo de cooperação com outros atores sociais, incluindo aí a iniciativa privada.

No contexto de expansão da política pública voltada à ciência, tecnologia, inovação e comunicação. A história da ciência na modernidade, a tecnologia sofre e causa transformações profundas de caráter político, econômico, social e filosófico, na história do séc. XVII em diante. Por isso, Miranda (2002, p.51) afirma que a tecnologia moderna não pode ser considerada um mero estudo da técnica. Ela representa mais que isso, pois nasceu quando a ciência, a partir do renascimento, aliou-se à técnica, com o fim de promover a junção entre o saber e o fazer (teoria e prática). Segundo a autora:

A tecnologia é fruto da aliança entre ciência e técnica, a qual produziu a razão instrumental, como no dizer da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Esta aliança proporcionou o agir-racional-com-respeito-a-fins, conforme assinala Habermas, a serviço do poder político e econômico da sociedade baseada no modo de produção capitalista (séc. XVIII) que tem como mola propulsora o lucro, advindo da produção e da expropriação da natureza. Então se antes a razão tinha caráter contemplativo, com o advento da modernidade, ela passou a ser instrumental. É nesse contexto que deve ser pensada a tecnologia moderna; ela não pode ser analisada fora do modo de produção, conforme observou Marx. (MIRANDA, 2002, p.51).

Nesse contexto, Bastos (1998) corrobora ao afirmar que a tecnologia é um modo de produção, o qual utiliza todos os instrumentos, invenções e artifícios e que, por isso, é também uma maneira de organizar e perpetuar as vinculações sociais no campo das forças produtivas. Dessa forma, a tecnologia é tempo, é espaço, custo e venda, pois não é apenas fabricada no recinto dos laboratórios e usinas, mas recriada pela maneira como for aplicada e metodologicamente organizada.

O tema da Ciência, da Tecnologia, da Inovação e da Comunicação, embora não se confundam são relacionadas, o que torna coerente seu estudo em conjunto. Apesar do termo “ciência” possua diversas acepções, cabe destacar que se trata de um impulso sistemático para acumular, levantar, classificar e organizar conhecimento, através de previsões e hipóteses testáveis. Já “tecnologia” é o desenvolvimento de métodos, técnicas e ferramentas para deslindar impasses e atingir objetivos específicos. Por sua vez, “inovação” é o processo que, por meio de pesquisa, visa gerar novo conhecimento em produtos e processos produtivos, favorecendo o desenvolvimento social e econômico. E por fim comunicação é a ação de transmitir uma mensagem.

As políticas públicas de Ciência, Tecnologia & Inovação (C, T & I) constituem ações governamentais para o fomento de atividades técnico-científicas que possa se gerar resultados

inovadores para que se atinja um nível satisfatório de crescimento e desenvolvimento do país em âmbito federal, estadual e local e, segundo Salerno e Kubota (2008, p. 55) “a participação do Estado no apoio à inovação não é apenas desejável, é condição sine qua non para o desenvolvimento rumo à sociedade do conhecimento”.

A Tabela 1 abaixo demonstra os valores de investimentos feito pelo Governo Federal no âmbito da Ciência e Tecnologia (C&T), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Atividades Científicas e Técnicas Correlatas (ACTC)

Tabela1 - Dispêndios do governo federal em ciência e tecnologia (C&T) por atividade, 2000-2016.

(em milhões de R\$ correntes)

Ano	Total			Orçamento executado ⁽²⁾			Pós-graduação ⁽³⁾		
	C&T	P&D	ACTC	C&T	P&D	ACTC	C&T	P&D	ACTC
2000	5.795,4	4.007,7	1.787,8	4.272,1	2.484,3	1.787,8	1.523,4	1.523,4	-
2001	6.266,0	4.563,4	1.702,6	4.675,6	2.973,0	1.702,6	1.590,4	1.590,4	-
2002	6.522,1	4.828,3	1.693,9	4.660,8	2.966,9	1.693,9	1.861,4	1.861,4	-
2003	7.392,5	5.802,4	1.590,1	5.233,3	3.643,2	1.590,1	2.159,3	2.159,3	-
2004	8.688,2	6.418,3	2.269,8	6.145,3	3.875,4	2.269,8	2.542,9	2.542,9	-
2005	9.570,1	7.085,2	2.485,0	6.954,0	4.469,0	2.485,0	2.616,1	2.616,1	-
2006	11.476,6	8.483,5	2.993,1	8.157,0	5.164,0	2.993,1	3.319,5	3.319,5	-
2007	14.083,5	10.444,8	3.638,7	9.691,6	6.052,9	3.638,7	4.391,9	4.391,9	-
2008	15.974,5	12.069,1	3.905,4	10.941,3	7.035,9	3.905,4	5.033,1	5.033,1	-
2009	18.475,2	13.461,9	5.013,2	13.424,5	8.411,3	5.013,2	5.050,7	5.050,7	-
2010	22.577,0	16.039,5	6.537,4	16.507,1	9.969,7	6.537,4	6.069,8	6.069,8	-
2011	23.469,0	17.784,2	5.684,8	16.338,1	10.653,3	5.684,8	7.130,9	7.130,9	-
2012	26.394,7	20.020,7	6.374,0	18.387,9	12.013,9	6.374,0	8.006,8	8.006,8	-
2013	32.897,8	25.802,5	7.095,3	23.176,1	16.080,8	7.095,3	9.721,7	9.721,7	-
2014	33.336,9	26.102,1	7.234,8	22.176,2	14.941,4	7.234,8	11.160,7	11.160,7	-
2015	33.845,0	27.219,8	6.625,2	23.809,0	17.183,8	6.625,2	10.036,0	10.036,0	-
2016	34.022,4	26.592,2	7.430,1	22.066,8	14.636,7	7.430,1	11.955,6	11.955,6	-

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.

Os países que possuem sua economia avançada, o desenvolvimento contínuo de novas tecnologias é um mecanismo para a manutenção do desenvolvimento econômico e da orientação de qualidade de vida da população. Diante do exposto nota-se a relevância de investimentos em políticas públicas para o crescimento e desenvolvimento de um país, e principalmente a atuação do Estado, através da descentralização de recursos para as Fundações, firmados através dos Convênios.

2.2 O Terceiro Setor no Brasil

De modo geral, a classificação e o entendimento dos setores organizacionais passam pelo entendimento de sua finalidade, ou mesmo o papel de seus agentes (Fernandes, 1994). Este entendimento pode ficar mais claro ao observar-se o Quadro 1.

Quadro 1 – Setorização dos Agentes por finalidades

AGENTES	FINALIDADE	SETOR
Privado	Privada	Mercado
Público	Pública	Estado
Privado	Pública	Terceiro Setor

Fonte: Adaptado de: (FERNANDES, 1994, p. 21).

O Terceiro Setor no Brasil teve suas primeiras evidências de atividades relacionadas a ele com a criação da Santa Casa de Misericórdia de Santos (Figura 1), em 1543. Desde a sua criação até os dias atuais, a instituição presta apoio assistencial e hospitalar.

Figura 1 – Santa Casa de Misericórdia de Santos



Fonte: Site Santa Casa de Misericórdia de Santos

Até os anos setenta, a ordem sociopolítica era constituída pelo primeiro e o segundo setor, respectivamente, Estado e mercado. Após esse período surgiu o terceiro setor, constituído por organizações privadas com adjetivos públicos e prestadores de serviços de

interesse social, sem as limitações do Estado, nem sempre evitáveis e as ambições do mercado, muitas vezes inaceitáveis (ALMEIDA, 2013).

Além disso, pode-se afirmar que o surgimento da sociedade civil organizada nos anos 70, caracterizada pela oposição ao Estado autoritário e objetivando contribuir com a redemocratização dos processos decisórios, foi muito além do contexto social, pois, conforme afirma Maria da Gloria Gohn (2005, p. 73):

[...] movimentos sociais não populares, advindos de outras camadas sociais, tais como o das mulheres, dos ambientalistas, pela paz, dos homossexuais, etc., também já tinham iniciado uma trilha de lutas independente do mundo do trabalho e se firmado como agentes de construção de identidades e força social organizada.

Segundo Débora Nacif de Carvalho (2006), o Terceiro Setor no Brasil possui quatro momentos marcantes:

O primeiro compreendendo o período situado entre a época da colonização até meados do século XX. Nele encontram-se as ações de assistência social, saúde e educação realizadas especialmente pela Igreja Católica, delineando o primeiro momento desta evolução. Estas ações eram na forma de asilos, orfanatos, Santas Casas de Misericórdia e colégios católicos. Chamadas de “associações voluntárias”, estas iniciativas eram permeadas por valores da caridade cristã, demonstrando como a noção de filantropia, inicialmente, era ligada a preceitos da Igreja Católica.

O segundo momento histórico do Terceiro Setor, segundo a autora já citada ocorreu no governo de Getúlio Vargas, que com o apoio de organizações sem fins lucrativos para a implementação de políticas públicas, o Estado assume o papel de formulador e implementador destas políticas. Para tanto, é promulgada, em 1935, a lei que declara utilidade pública para estas entidades. Em 1938, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que estabeleceu que as instituições nele inscritas pudessem receber subsídios governamentais. Neste período, a Igreja continua tendo papel importante na prestação de serviços sociais, recebendo, em alguns casos, financiamentos do Estado para as suas obras.

Já o terceiro marco histórico relevante para o Terceiro Setor no Brasil teria ocorrido durante o regime militar onde se caracteriza por uma intensa mobilização da sociedade, muitas organizações conhecidas por caráter filantrópico e assistencial se uniram às organizações comunitárias e aos chamados “movimentos sociais” para serem porta-vozes dos problemas sociais. É neste período que surgem as organizações sem fins lucrativos ligados à mobilização social e à contestação política.

O quarto e último marco histórico do Terceiro Setor no Brasil ocorreram a partir de 1980 com a diminuição da intervenção do Estado nas questões sociais e com a redemocratização do País e o declínio do modelo intervencionista do Estado, a questão da cidadania e dos direitos fundamentais passa a ser o foco das organizações sem fins lucrativos.

Em termos gerais, a literatura tem contribuído conceitualmente para o entendimento de “Terceiro Setor”. O que difere entre algumas definições é a forma de abordagem do tema, porém o significado é muito próximo:

O terceiro setor, de acordo com Ioschpe (2000, p. 26, apud ARAÚJO, 2005, p. 2):

Compostas de organizações sem fins lucrativos, cujo papel principal é a participação voluntária, fora do âmbito governamental, que dão suporte às práticas da caridade, da filantropia e do mecenato, voltadas para a garantia do direito de cidadania da sociedade.

Conforme Fonseca (2000, p. 4, Apud ARAÚJO, 2005, p. 2), “organizações do terceiro setor são aqueles agentes não econômicos e não estatais que procuram atuar, coletiva e formalmente, para o bem-estar de uma comunidade ou sociedade [...]”.

Nesse entendimento, na medida em que a sociedade apresenta suas demandas surge um setor com foco em captar recursos e distribuí-lo, de forma mais organizada de acordo com as necessidades da coletividade. Ou seja, são instituições legalmente constituídas que procuram suprir carências de setores sociais não atendidos por ações governamentais.

Outra definição do terceiro setor é feita por Fernandes (1994b, p. 21):

O Terceiro Setor denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens de serviço de mútua ajuda. Este é o sentido positivo da expressão. ‘Bens e serviços públicos’, neste caso, implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem às necessidades coletivas.

No Brasil o terceiro setor decorre da energia propulsora, da capacidade de absorção e reação aos fenômenos sociais emanados da sociedade civil. Nessa linha, cumpre mencionar os ensinamentos de Simone de Castro Tavares Coelho (2002, p. 23), que refere:

[...] o terceiro setor brasileiro sofreu uma mudança em seu perfil como resultado de uma soma de fatores: do próprio processo de democratização; da influência de um processo mundial em que essas organizações passaram a ser valorizadas como atores políticos; do surgimento de organizações fundadas com base na defesa de valores democráticos que acabaram influenciando o setor como um todo.

Segundo Parente (2008), a nomenclatura “Terceiro Setor” só veio a ser utilizada na década de 90, momento em que o país buscou desenvolver um novo perfil para o setor, não

mais restrito a atividades assistencialistas. Pode-se dizer, em uma visão geral, que a atuação do Terceiro Setor no Brasil encontra-se entre a complementaridade e a substituição, comprovadas, por exemplo, pelo crescimento expressivo do volume de recursos públicos da União transferidos para ONGs na última década, mediante convênios, termos de parceria e outros instrumentos similares (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2010, p. 107-108).

Em suma, a evolução do terceiro setor pode ser identificada como um aspecto positivo para a sociedade, tendo em vista que é uma extraordinária força econômica, com o incentivo à organização da sociedade, sendo que cada indivíduo pode defender seus próprios interesses e, assim, os interesses da comunidade podem avançar. Como visto nas definições apresentadas, a atuação do terceiro setor permite uma sociedade civil participativa e ativa, que procura o interesse público e proporciona melhores serviços à comunidade. Além disso, a sociedade civil conseqüentemente pode se tornar mais engajada e interessada na participação das decisões do Estado, incluindo a abrangência das políticas públicas.

No contexto específico deste trabalho a política pública que será aprofundada será a voltada para a ciência, tecnologia, inovação e comunicação, todavia, o entendimento do tema carece de explicações mais gerais antes de se adentrar no recorte aqui proposto.

2.3 Surgimento das Fundações

Com intuito de auxiliar a função do Estado em cumprir suas obrigações, tais como, saúde, educação, bem estar, progresso, avanço tecnológico e econômico, surgem às fundações como parceria de evolução desses requisitos. No Brasil, o primeiro registro da existência de uma fundação foi em 1738, quando um cidadão solteiro e milionário decidiu doar parte de seu patrimônio para as crianças que viviam em orfanatos, para que estas fossem atendidas na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Na Nova consolidação do Direito Civil de Carlos de Carvalho no artigo 152, descreve as pessoas jurídicas de direito privado, incluindo as fundações:

- [...] a) as fundações, estabelecimentos de utilidade pública ou de fins pios, religiosos, moraes, científicos, artísticos, taes como casa de educação, asylos, hospitais, misericórdias, igrejas, capellas, ermidas, religiões, academias, universidades, escolas livres de ensino superior, collegios, seminarios, lyceus, monte-pios, montes de soccorro, caixas econômicas, comtanto que tenham seu patrimonio seu, sejam ou não subsidiados pelos cofres públicos,
- [...] c) quaisquer associações fundadas para fins religiosos, beneficentes, de caridade, Moraes, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio;

O Código Civil – Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – define oficialmente dois tipos de entidades sem fins lucrativos: as fundações e as associações. Diferenciam-se por serem as fundações, em qualquer caso, de finalidade pública, enquanto nas associações a finalidade geralmente é coletiva, de interesse de seus associados. O patrimônio de uma fundação é constituído com o intuito de tornar-se independente da pessoa que a institui e torna-se público, enquanto na associação o patrimônio é dos associados.

Embora não haja definição jurídica específica para fundação, a doutrina brasileira a define como pessoa jurídica oriunda do direito privado, que se caracteriza pelo fato de ser atribuída personalidade jurídica a um patrimônio preordenado para certo fim. Segundo Szazi (2006), fundação pode ser definida como “um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor”.

Após o surgimento das Fundações e Associações o Estado identificou a necessidade de instituir os tipos de Fundações e seu foco de atuação, com bifurcação de Fundações Públicas e Fundações Privadas.

2.4 Fundações Públicas

Fundações públicas são as fundações instituídas pelo Poder Público. Surgiram no país quando o Estado passou a desempenhar um papel mais participativo na sociedade, no que se refere à prestação de serviços públicos em setores em que o Estado não detém a exclusividade, atuando em concorrência com a livre iniciativa, em áreas como saúde, educação, cultura, esporte, a pesquisa científica, dentre outras. Desde a Constituição Federal de 1988, todas as fundações públicas de direito privado instituídas e em funcionamento, no âmbito do Governo Federal, tiveram seu regime alterado para direito público. A natureza jurídica das fundações públicas é assunto polêmico e tem gerado grande discussão, tanto na administração pública quanto no meio jurídico, devido à ausência de lei complementar que melhor defina as disposições constitucionais sobre o modelo.

Melo preconiza que:

É absolutamente incorreta a afirmação normativa de que as fundações públicas são pessoas de Direito Privado. Na verdade, são pessoas de Direito Público, consoante, aliás, universal entendimento, que só no Brasil foi contido. Saber-se se uma pessoa

criada pelo Estado é de Direito Privado ou de Direito Público é meramente uma questão de examinar o regime jurídico estabelecido na lei que a criou. Se lhe atribuiu a titularidade de poderes públicos, e não meramente o exercício deles, e disciplinou-a de maneira a que suas relações sejam regidas pelo Direito Público, a pessoa será de Direito Público, ainda, que se lhe atribua outra qualificação. Na situação inversa, a pessoa será de Direito Privado, mesmo inadequadamente nominada. O que se passou, entretanto, no Direito brasileiro é que foram criadas inúmeras pessoas designadas como "fundações", com atribuições nitidamente públicas, e que, sob este aspecto, em nada se distinguem das autarquias. O regime delas estaria inevitavelmente atrelando-as às limitações e controles próprios das pessoas de Direito Público. Entretanto, foram batizadas de pessoas de Direito Privado apenas para se evadirem destes controles moralizadores ou, então, para permitir que seus agentes acumulassem cargos e empregos, o que lhes seria vedado se fossem reconhecidas como pessoas de Direito Público. (Melo, 2007, p. 179/180).

Portanto, Fundações Públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com característica diferenciada por serem instituídas por lei, recebendo recursos do Governo Federal, e desta forma se sujeitam a fiscalização do Tribunal de Contas do respectivo ente federado que a criou. Por esta conformação de dependência e subordinação ao Governo, são também chamadas de Fundações Autárquicas. Na verdade, são verdadeiros departamentos do Estado com receita e pessoal provenientes dos recursos do orçamento. Após o surgimento das Fundações Públicas, identificou-se outra natureza de Fundação, as Fundações Privadas.

2.5 Fundações Privadas

As Fundações Privadas são criadas por particulares. Têm a natureza de pessoas jurídicas de direito privado, e se constituem pela iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas, que a partir de um patrimônio ou viabilidade econômica, estabelecem seu funcionamento e organização através de um estatuto, que passa a ser a lei que rege as relações jurídicas entre os envolvidos.

A fundação privada ou particular é uma universalidade de bens, personalizadas pela ordem jurídica, em consideração a um fim estipulado pelo fundador, sendo este objetivo imutável e seus órgãos servientes, pois todas as resoluções estão delimitadas pelo instituidor. É, portanto, um acervo de bens livres, que recebe da lei a capacidade jurídica para realizar as finalidades pretendidas pelo seu instituidor, em atenção aos seus estatutos, desde que religiosas, morais, culturais ou assistenciais (art.62 do Código Civil).

No estatuto deve estar previsto o nome da fundação, os fins, a sede, como se administra e representa ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, se o estatuto é reformável, no tocante, à administração, e de que modo. Além disso, deve mencionar quanto à responsabilidade dos administradores da fundação, no sentido de que fique devidamente esclarecido se eles respondem ou não subsidiariamente pelas obrigações que venham a assumir.

Para efeito de administração de uma fundação, é necessário um órgão deliberativo, um órgão executivo e, finalmente, um órgão de controle interno. O deliberativo é o Conselho Curador ou Conselho Superior. O executivo é o Conselho Diretor. O órgão de controle interno é o Conselho Fiscal.

2.6 Fundações de Apoio

O Portal do Ministério da Educação define a fundação de apoio como sendo:

Instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais de ensino superior (IFES) e também das instituições de pesquisa. Devem ser constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos e serão regidas pelo Código Civil Brasileiro. Sujeitam-se, portanto, à fiscalização do Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil, à legislação trabalhista e, em especial, ao prévio registro e credenciamento nos Ministérios da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável bianualmente. As Fundações de Apoio não são criadas por lei nem mantidas pela União. O prévio credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia é requerido em razão da relação entre as instituições federais e as fundações de apoio ser de fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo função das fundações dar suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais (MEC, 2018).

As fundações de apoio são um tipo especial de entidade privada sem fins lucrativos. Com a necessidade da descentralização dos serviços públicos, foram criadas as autarquias, as fundações públicas, as empresas de economia mista e as empresas públicas. As autarquias e as fundações públicas, embora dotadas de autonomia administrativa e financeira, não conseguiram, na medida desejada, a agilidade necessária no desempenho de seus serviços à comunidade, e presas às próprias leis, acabaram engessadas. Foi pela lentidão de atuação das autarquias e das fundações públicas que surgiram as fundações de apoio, dentro das universidades e institutos de pesquisa, com o propósito de auxiliá-los em sua gestão.

Por meio dessas fundações de apoio as instituições de ensino e pesquisa puderam estabelecer parcerias entre o setor público e o privado, sem as restrições administrativas

características da administração pública pura, compondo-se de eficiência na captação e no gerenciamento de recursos extra orçamentários.

Citando Rodrigues (2008, p.56), “Resumidamente, as fundações de apoio passaram a funcionar como ferramentas de desburocratização, tornando mais ágil a gestão acadêmica”.

Portanto, as fundações de apoio são instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais de ensino superior e também das instituições de pesquisa, não são criadas por lei nem mantidas pela União entretanto possuem legislação específica para gerenciar os recursos provenientes dos Contratos e Convênios..

O Quadro 2 apresenta aspectos legais das fundações de apoio no Brasil, que visam regulamentar e melhor definir a relação destas com as IFES e ICTS’ apoiadas.

Quadro 2: Principais legislações sobre as fundações de apoio.

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO
Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, alterada pelas Leis nº 12.349 de 15 de dezembro de 2010 e nº 12.863 de 24 de setembro de 2013.	Dispõe sobre as relações entre as Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica e as Fundações de Apoio e dá outras providências.
Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010.	Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004.
Portaria Interministerial MEC/MCT nº 3.185, de 07 de outubro de 2004, alterada pela Portaria Interministerial MEC/MCT nº 475, de 14 de abril de 2008.	Dispõe sobre o registro de credenciamento das Fundações de Apoio a que se refere o inciso III do art. 2º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.
Decreto nº 8.240, de 21 de maio de 2014.	Regulamenta os convênios e os critérios de habilitação de empresas referidos no art. 1º-B da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.
Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014.	Regulamenta o art. 3º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.

Fonte: Elaborado pela autora baseado nas leis, decretos e portarias interministeriais vigentes sobre fundação de apoio.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterizações do Estudo

Pesquisar pode ser resumido como uma atividade realizada com o intuito de investigar problemas teóricos ou práticos, por meio do emprego de processos científicos (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2007). Em relação aos procedimentos adotados, este estudo contextualizou a temática por meio análise documental e estudo de caso sobre o tema.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Conforme Godoy (1995) vale a pena ressaltar, mais uma vez, que a análise de documentos constitui-se numa valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos, podendo ser também utilizada para complementar informações obtidas em outras fontes

Referente à pesquisa qualitativa, Zanella (2012) diz esse tipo de estudo utiliza “o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave: os estudos qualitativos têm como preocupação básica o mundo empírico em seu ambiente natural”.

Para Godoy (1995) a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

E quanto aos objetivos da pesquisa é explicativa. Conforme Heerdt e Leonel (2007), “a pesquisa explicativa tem como preocupação fundamental identificar fatores que contribuem ou agem como causa para a ocorrência de determinados fenômenos. É o tipo de pesquisa que explica as razões ou os porquês das coisas”.

A presente pesquisa será realizada através de pesquisa documental e estudo de caso oriundos das Fundações de Apoio nas Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT’s para.

3.2 Base de Dados

Godoy (1995) afirma que o estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular.

O trabalho foi desenvolvido através do Estudo de Caso do Relatório de Atividades 2017 da FUNCATE com o intuito de apresentar e concluir a importância da atuação desta

Fundação na cidade de São José dos Campos/SP em parceira com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

A Fundação escolhida se dá pela autora desenvolver atividades relevantes na Gerência Operacional e identificar a importância da atuação da FUNCATE. Os relatórios anuais são disponibilizados no sítio eletrônico da fundação e apresenta a aprovação do Ministério Público de São José dos Campos através da Promotora de Justiça Dra. Ana Cristina Ioriatti Chami.

Com o objetivo de analisar as metodologias de gestão das Fundações de Apoio, foi realizada a análise da legislação vigente. Dentre eles estão:

- Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, alterada pelas Leis nº 12.349 de 15 de dezembro de 2010 e nº 12.863 de 24 de setembro de 2013;
- Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010;
- Portaria Interministerial MEC/MCT nº 3.185, de 07 de outubro de 2004, alterada pela Portaria Interministerial MEC/MCT nº 475, de 14 de abril de 2008;
- Decreto nº 8.240, de 21 de maio de 2014;
- Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio;
- Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;

Os dados foram analisados no sentido de identificar fatores relevantes que se sobressaem referente à atuação das Fundações de Apoio.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 Históricos do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

O INPE nasceu da vontade de alguns brasileiros de fazer com que o país participasse da conquista do espaço iniciado nos anos 50. O Brasil começou a trilhar este caminho ao mesmo tempo em que as nações desenvolvidas lançavam os primeiros satélites artificiais da Terra.

Em três de agosto de 1961, o Presidente da República, Jânio Quadros, assinou um decreto criando o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que foi o embrião do atual INPE.

A CNAE, como passou a ser conhecida a Instituição que mais tarde deu origem ao INPE, iniciou suas atividades com atribuições que incluíam coordenação, estímulo e apoio aos trabalhos e estudos relacionados ao espaço, a formação de um núcleo de pesquisadores capacitados para desenvolverem projetos de pesquisas espaciais e o estabelecimento da cooperação com nações mais adiantadas.

A princípio, o programa de pesquisa executado nos laboratórios da CNAE, instalada em São José dos Campos, São Paulo, onde hoje se encontra a sede do INPE, estava intimamente ligado com estudos no campo das ciências espaciais e atmosféricas. Esses estudos incluíam sondagens na alta atmosfera realizadas por meio de ionossondas instaladas no solo e, principalmente, por meio de cargas úteis científicas levadas a bordo de foguetes lançados a partir da base da Barreira do Inferno, em Natal, Rio Grande do Norte.

Durante a década de 1980, o INPE implantou e passou a desenvolver programas que são hoje prioritários como: a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), o Programa Amazônia (AMZ) e o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC). Também, manteve-se atento ao desenvolvimento de outros países na área espacial, tanto que ainda é permanente o intercâmbio e a cooperação entre o INPE e as instituições similares internacionais. Nesse período, também, implantou o seu Laboratório de Integração e Testes (LIT), o único do Hemisfério Sul que desenvolve atividades altamente especializadas e fundamentais ao sucesso do programa espacial brasileiro.

A história de grandes iniciativas do INPE traduz a postura proativa de sua comunidade científica, que aos poucos ampliou a área de atuação da instituição em resposta às demandas

da sociedade e dos desafios científicos e tecnológicos. A competência adquirida nas suas principais áreas de atividade - Ciências Espaciais e Atmosféricas, Ciências Ambientais e Meteorológicas, e Engenharia e Tecnologias Espaciais - foram estabelecidas, por um lado, graças às cooperações científicas internacionais. Por outro, valeu-se da constituição de uma comunidade científica e tecnológica de excelência que se estabeleceu sob a estratégia da formação nos mais avançados centros de pesquisa e pela atração de pesquisadores do exterior para atuar na instituição.

Figura 2 – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais



Fonte: Site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

4.2 Históricos da FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais;

A FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais foi instituída em dois de dezembro de 1982, com o objetivo básico de contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país. Entidade de direito privado, sem fins lucrativos, possui autonomia patrimonial, financeira e administrativa na forma da lei. Rege-se através de Estatuto, Regimento Internos e demais dispositivos legais aplicáveis, e suas ações estão sujeitas ao controle e fiscalização do Ministério Público Estadual, de órgãos de controle e de órgãos financiadores em projetos específicos.

Desde 1996, a FUNCATE atua como fundação de apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), nos termos da Lei nº 8.958/94. Atualmente, também exerce o papel de fundação de apoio de outras 15 instituições de excelência no país.

Ao longo de 35 anos de existência, a FUNCATE vem exercendo com competência seu papel no gerenciamento de projetos de pesquisa científica e tecnológica com financiamento de agências de fomento nacionais e internacionais. Também atua na execução de projetos com participação conjunta das instituições parceiras, visando o desenvolvimento tecnológico e de inovação do produto nacional.

A FUNCATE atua na captação e na gestão dos recursos necessários aos projetos desenvolvidos pelas instituições parceiras. O apoio da FUNCATE abrange todas as etapas do ciclo de vida de um projeto – desde a elaboração da sua proposta até a aprovação da prestação de contas pelo respectivo órgão financiador, contratando a equipe de profissionais e adquirindo os bens e serviços necessários ao desenvolvimento do projeto.

Seja através de convênios, termos de cooperação ou contratos firmados com órgãos governamentais ou empresas privadas, no país ou no exterior, a ação da FUNCATE está essencialmente voltada ao apoio a instituições governamentais de pesquisa e desenvolvimento na execução de projetos, por meio de consultorias especializadas, da realização de ensaios laboratoriais com emissão de relatórios técnicos, de serviços de metrologia, etc.

A FUNCATE, devido ao estreito relacionamento com o INPE, também oferece à sociedade:

A prestação de serviços de Geoprocessamento relativos à utilização das técnicas de sensoriamento remoto voltadas para o estudo dos recursos naturais do solo e, para isso, conta com uma equipe multidisciplinar apta a desenvolver trabalhos seja no campo da fotointerpretação convencional, como na análise digital de imagens de satélite. As atividades concernentes a esta área, estão relacionadas ao processamento e análise de sensores remotos a bordo de satélites de recursos naturais e de satélites meteorológicos.

Serviços de alerta da incidência de descargas atmosféricas para uma região específica, através do Núcleo de Monitoramento e Alerta de Descargas Atmosféricas, com o intuito de proteger, principalmente, pessoas que exercem atividades ao ar livre. Os serviços estão disponíveis a todo o país 24 horas por dia, durante os sete dias da semana.

Missão: Realizar atividades de gestão e de execução de contratos, convênios e acordos de parceria celebrada com entidades públicas e privada, ligada direta ou indiretamente a

instituições de ciência e tecnologia, de forma ágil, eficiente e transparente, com o objetivo de fomentar a pesquisa, aplicar o conhecimento adquirido e apoiar a captação de recursos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e firmando-se como uma fundação de apoio capaz de agregar parceiros pela sua organização estrutural e funcional, pela credibilidade e excelência administrativa.

Estratégias: Apoiar a pesquisa, o ensino e a extensão, bem como a promoção do conhecimento, com base na cooperação técnica, científica e administrativa com instituições de ciência e tecnologia, com a finalidade de executar contratos, convênios e acordos de cooperação e de desenvolver projetos e serviços técnicos ou de consultoria;

A escolha da Fundação FUNCATE ocorreu devido à autora fazer parte do quadro de colaboradores e diariamente desempenhar atividades na Gerência Operacional de acompanhamento e execução dos Convênios firmados com o INPE. As análises dos dados foram feitos através da leitura do Relatório Anual da FUNCATE no ano de 2017, ou seja, as informações relevantes sobre as aquisições dos Convênios vigentes.

Após análise do Relatório de Atividades 2017 da FUNCATE (ANEXO A) constatou-se a importância da atuação da Fundação para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação no país. Para melhor exemplificar as ações da Fundação foi extraído do Portal da Transparência do Governo Federal a Tabela 2 que demonstra as instituições que foram beneficiadas com recursos provenientes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.

Posteriormente a análise dos dados apresentados no relatório anual, constatou-se que a FUNCATE está desempenhando seu papel de Fundação de Apoio a inúmeros Institutos e o principal deles ao INPE no tocante ao auxílio de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia do país. A Tabela 2 acima demonstra as principais instituições nacionais mais favorecidas no último ano, e como pode notar-se a FUNCATE recebeu um montante de R\$ 32.359.055,01, o que corresponde a 2,19% das Instituições mais favorecidas no âmbito do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Ao longo de 35 anos de existência, a FUNCATE vem exercendo com competência seu papel no gerenciamento de projetos de pesquisa científica e tecnológica com financiamento de agências de fomento nacionais e internacionais. Também atua na execução de projetos com participação conjunta das instituições parceiras, visando o desenvolvimento tecnológico e de inovação do produto nacional, com essa atuação observa-se é de extrema importância o fortalecimento e o desenvolvimento das políticas públicas

relacionadas à área de ciência, tecnologia e inovação. A FUNCATE tem papel fundamental como ente facilitador na captação de recursos por parte das instituições apoiadas.

Tabela 2 - 10 Instituições mais favorecidas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

FAVORECIDO	VALOR PAGO	PERCENTUAL
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP	R\$ 490.604.861,36	33.26%
BANCO DO BRASIL SA	R\$ 417.287.526,24	28.29%
CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS	R\$ 271.871.121,47	18.43%
INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A.INB	R\$ 67.683.760,65	4.59%
URENCO LIMITED	R\$ 51.492.792,51	3.49%
NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S A NUCLEP	R\$ 49.127.847,73	3.33%
FUNDACAO PARQUE DE ALTA TECNOLOGIA DA REGIAO DE IPERO E	R\$ 37.512.970,00	2.54%
FUNDACAO DE CIENCIA APLICACOES E TECNOLOGIA ESPACIAIS	R\$ 32.359.055,01	2.19%
NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 30.889.455,75	2.09%
CHINA GREAT WALL INDUSTRY CORPORATION - CGWIC	R\$ 26.089.500,00	1.77%
Total	R\$ 1.474.918.890,72	100,00%

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal.

Com o intuito de exemplificar e demonstrar os resultados almejados foi selecionado o Convênio CBERS 4 A firmado entre o INPE e a FUNCATE que tem o objetivo de fornecer imagens de sensoriamento remoto que permitirá a manutenção da disponibilização dos serviços providos pelos satélites da série CBERS aos diversos usuários brasileiros e chineses, nas seguintes aplicações:

- Vegetação: identificação de áreas de florestas, alterações florestais em parques, reservas, florestas nativas ou implantadas, quantificações de áreas, sinais de queimadas recentes.
- Agricultura: identificação de campos agrícolas, quantificação de áreas, monitoramento do desenvolvimento e da expansão agrícola, quantificação de pivôs centrais, auxílio em previsão de safras, fiscalizações diversas.
- Meio ambiente: identificação de anomalias antrópicas ao longo de cursos d'água, reservatórios, florestas, cercanias urbanas, estradas; análise de eventos episódicos naturais compatíveis com a resolução da Câmera, mapeamento de uso do solo, expansões urbanas.
- Água: identificação de limites continente-água, estudos e gerenciamento costeiros, monitoramento de reservatórios.
- Cartografia: dada a sua característica de permitir visadas laterais de até 32° a leste e a oeste, em pequenos passos, possibilita a obtenção de pares estereoscópicos e a consequente análise cartográfica. Essa característica também permite a obtenção de imagens de uma certa área no terreno em intervalos mais curtos, o que é útil para efeitos de monitoramento de fenômenos dinâmicos.

Geologia e solos: apoio a levantamentos de solos e geológicos. • Educação: geração de material de apoio a atividades educacionais em geografia, meio ambiente, e outras disciplinas. Além disso, o satélite CBERS 04A permitirá os seguintes ganhos: a) Fabricação de um novo satélite com prazo e custos reduzidos, em função da utilização de modelos de voo reserva de equipamentos e subsistemas dos CBERS 3&4; b) Continuidade do fornecimento de imagens para os usuários dos dois países, permitindo todos os benefícios sociais elencados na seção 4 desse documento; c) Integração do satélite no Brasil, consolidando uma capacitação do país nesta área. E permitirá: a) Manutenção da capacidade industrial nacional para a realização de atividades espaciais; b) Capacitação de recursos humanos para a realização de atividades espaciais; c) Manutenção da Cooperação tecnológica Sul-Sul entre Brasil e China, que desempenha importante papel nas relações internacionais entre os dois países.

O Convênio possui um cronograma de repassa de recursos financeiros provenientes do Governo Federal de acordo com a Tabela 3:

Tabela 3 - Cronograma orçamentário do valor do repasse

ANO	VALOR
2016	R\$ 18.897.900,00
2017	R\$ 8.664.383,09
2018	R\$ 2.613.844,84

Fonte: SICONV – Sistema de Convênios

O convênio é executado pela Fundação de Apoio conforme cronograma de desembolso aprovado pela CJU – Consultoria Jurídica da União. É importante ressaltar que toda a operação deve feita com interação entre a Conveniente e a Concedente para que os objetivos propostos sejam alcançados.

Para enfatizar o quão é relevante a atuação das Fundações de Apoio às ICT's segue Tabela 4 retirada do Relatório de Atividades da FUNCATE no ano de 2017 para demonstrar a quantidade de processos licitatórios que foram executados.

Tabela 4 – Processos de compras por modalidade da FUNCATE.

Modalidade	2016		2017	
	Nº processos	Valor (R\$)	Nº processos	Valor (R\$)

COMPRAS NACIONAIS				
Convite	6	263.028,18	-	-
Pregão	44	1.606.158,23	-	-
Tomada de Preço	3	153.600,00	-	-
Dispensa de Licitação	26	86.764.207,57	5	2.833.781,52
Inexigibilidade	7	1.569.241,98	10	20.292.681,14
Seleção Pública	44	39.146.084,89	43	33.166.430,14
Total Licitação	130	129.502.320,85	58	56.292.892,80
Compras Diretas	1.588	8.224.545,68	1.003	6.467.919,08
Total compras nacionais	1.718	137.726.866,53	1.061	62.760.811,88
COMPRAS NO EXTERIOR				
Licitação	19	26.949.300,00	1	868.713,06
Compra direta	95	1.188.574,32	45	865.040,82
Total compras exterior	114	28.137.874,32	46	1.733.753,88
Total processos	1.832	165.864.740,85	1.107	64.494.565,76

Fonte: Relatório Anual de Atividades 2017.

Demonstra-se portanto que a quantidade de recursos administrados pela Fundação de Apoio tem total compromisso com o crescimento e desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação no Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O terceiro setor reúne os mais diversos tipos de organizações sem fins lucrativos e sua principal característica é o alcance do bem comum. A importância do terceiro setor na economia brasileira é reconhecida, principalmente, devido ao efetivo apoio ao Estado na sua missão de atender a sociedade.

O trabalho apresentado visou demonstrar a importância social das Fundações de Apoio aos Institutos de Ciência e Tecnologia, bem como o papel destas Fundações, como meio de oferecer transparência à sociedade e ao governo e aumentar o incentivo às políticas públicas. Identificou fatores relevantes da atuação das Fundações de Apoio com ações que beneficiam o avanço da ciência, tecnologia, inovação e comunicação no país, como a execução financeira dos Convênios firmados, e apresentou através do Convênio CBERS 4 A o resultado dessa atuação.

Como previsto na Lei 8.958/94, entende-se por desenvolvimento institucional, científico e tecnológico os programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutura, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável das condições das IFE's e ICT's, para o cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional.

A atuação da fundação de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para a melhoria de infraestrutura das ICT's demonstra a importância do Governo em acreditar e investir nessas Instituições, pois o papel de ampliação da política pública pode ser dividido e alcançado de forma mais eficaz os resultados.

Algumas vezes as Fundações não são reconhecidas pelo Estado e até mesmo pela sociedade, entretanto o trabalho demonstra a importância da FUNCATE no avanço da política pública voltada para área da Ciência, Tecnologia e Inovação que não se limita somente às obras laboratoriais, aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica, mas também a divulgação e transparência de suas atividades.

O desenvolvimento do trabalho aconteceu somente com análise da Fundação FUNCATE, entretanto é importante ressaltar a importância da atuação das Fundações de Apoio de Instituições de extrema importância para o país, como por exemplo, a FIOCRUZ

vinculada ao Ministério da Saúde, a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, entre outras.

Conclui-se que a atuação das Fundações junto as ICT's e às Universidades é decisório para o desenvolvimento e crescimento das políticas públicas do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. A. F. **Fundações de Apoio – Regime Jurídico – Autonomia Universitária**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP. 2013.

ALVES, F. de A. **Fundações, organizações sociais, agências executivas: organizações da sociedade civil de interesse público e demais modalidades de prestação de serviço público**. São Paulo: LTR, 2000. 344p.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

BASTOS, J. A. S. L. A. de (Org.). **Tecnologia e interação**. Curitiba: CEFET-PR, 1998, p.13.

BRASIL. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CARVALHO, Débora Nacif de. **Gestão e Sustentabilidade: um estudo multicasos em ONGs ambientalistas em Minas Gerais**. Orientadores: Prof. Ivan Beck Ckagnazanoff Prof. Allan Claudius Queiroz Barbosa. Belo Horizonte, 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós- Graduação e Pesquisa em Administração, 2006.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

_____. **Decreto no 8.241, de 21 de maio de 2014**. Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8241.htm> Acesso em 16 de março de 2018.

DESLAURIERS, J. & KÉRISIT, M. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. In: **POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (p. 127/153).

FERNANDES, Rubem C. **Privado porém Público**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

FERNANDES, Rubens C. **Privado Porém Público: O terceiro Setor na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumaré, 1994.

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS. Disponível em < <https://www.funcate.org.br/pt/>> Acesso em 14 de março de 2018

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.
 INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Norma de Relacionamento do INPE com fundações de apoio.** Disponível em: <http://www.inpe.br/gestao/arquivos/REDIR_582_INPE.pdf>. Acesso em 12 de março de 2018.

_____**Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm>. Acesso em: 16 de março de 2018.

_____**Lei n.º 10.973 de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em 15 de março de 2018.

_____**Lei n.º 8.958, de 20 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18958.htm>. Acesso em 15 de março de 2018.

_____**Lei n.º 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei n.º 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei n.º 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei n.º 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei n.º 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional n.º 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm> Acesso em: 16 de março de 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Malheiros, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundações de Apoio – Apresentação.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1022&>>. Acesso em 14 de março de 2018.

MIRANDA, A. L. **Da natureza da tecnologia: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna.** 2002 pp.

161 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR).

PAES, J. E. S. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários.** 7.a ed. – São Paulo: Forense, p. 259-295. 2010.

PARENTE, Juliano Mota. **O Terceiro Setor no Brasil: Um Novo Panorama no Cenário Nacional.** Revista de Educação. Vol. XI, nº 12, 2008.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização.** Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Portal da Transparência do Governo Federal <http://www.portaltransparencia.gov.br/>
Acesso em 26 de setembro de 2018.

RODRIGUES, Gonçalves Ives. **As relações institucionais entre as IFES e as fundações de apoio.** Curitiba, 2008.

SALERNO, Mario S.; KUBOTA, Luis C. Estado e Inovação. In: DE NEGRI, João A.; KUBOTA, Luis C. (ed.). Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil. Brasília, 2008. Acessado em 19/10/2016.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 1, p. 29-57, jan.-jun. 2005
SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos.** São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, **Instrução Normativa STN Nº. 01, 15 de janeiro de 1997.** Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e das outras providências. Disponível em: < <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/040000/041700/041701>>
Acesso em: 15 março 2018.

SOBRAL, Fernanda. **Desafios das Ciências Sociais no desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo.** Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 220-237.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor – Regulação no Brasil.** Editora Peirópolis. 2006, 439p.
TAVARES COELHO, Simone de Castro. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos da América.** 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.

TERCEIRO SETOR: a sociedade por ela própria. Revista Brasileira de Administração. Ano XII, nº 38 set. 2002. P. 30-36

ANEXOS

ANEXO A – Relatório de Atividades 2017 da FUNCATE

**FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA,
APLICAÇÕES E TECNOLOGIA
ESPACIAIS**

Conselho Curador

Eduardo Abramof (Presidente até 11/Dez)
José Ângelo da Costa Ferreira Neri (Vice-presidente e Presidente interino a partir 11/Dez)
Carlos Alberto Marques Teixeira
Claudio Aparecido de Almeida
João Braga
José Humberto Andrade Sobral
Maria Célia Ramos de Andrade
Mauro Melo Dolinsky
Milton de Freitas Chagas Junior
Nelson de Jesus Parada (Instituidor)
Walter Bartels

Conselho Fiscal

Titulares

Ailton Teixeira
João Carlos Schmidt Machado
Toshihiro Yosida

Suplentes

Bento de Oliveira Silva
Jair Capatti Júnior
José Valter Januário

Conselho Diretor

Josiel Urbaninho de Arruda (Presidente)
Milton de Freitas Chagas Junior (Vice-presidente)
Mauro Melo Dolinsky (Vice-presidente)

Diretoria Executiva

Diretoria de Administração

Rejane Margareth A. Passos

Diretoria de Projetos

Sidney Luiz Alessi Carrara

Assessoria Jurídica

Ana Lúcia Andrade Macedo Pacetti
Miranda

**Assessoria de Planejamento e de
Relações Institucionais**
Sidney Luiz Alessi Carrara

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2017**

Supervisão e revisão técnica

Clotilde Ferri
Luciana Fernandes

**Projeto editorial, organização,
elaboração, revisão e edição de textos**
Ronan Marques de Moraes

Agradecimento

Agradecemos o empenho da equipe FUNCATE e dos coordenadores de projetos das instituições apoiadas no fornecimento de informações para a elaboração deste Relatório de Atividades.

FUNCATE

Av. Dr. João Guilhermino, 429 – 11º andar Edifício Saint James
12210-131, São José dos Campos, SP
Tel. 12 3925-1345
contato@funcate.org.br
www.funcate.org.br

A estrutura organizacional acima corresponde ao formato vigente em 31/Dez/2017.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

Principais siglas utilizadas neste relatório

AFOSR – *Air Force Office of Scientific Research (U.S.A)*

AEB – Agência Espacial Brasileira

BD – Banco de Dados

CBERS – Satélite Sino-brasileiro de Recursos Terrestres (*China-Brazil Earth Resources Satellite*)

CELOG – Centro Logístico da Aeronáutica (FAB)

CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CESVAP – Comitê de Estudos Salariais do Vale do Paraíba

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COBERTVAP – Comissão de Benefícios e Relações Trabalhistas do Vale do Paraíba

COPAC – Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate

CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (INPE)

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

CVT – Centro Vocacional Tecnológico

DEGRAD – Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira (INPE)

DETER – Detecção de Desmatamento em Tempo Real (INPE)

DPI – Divisão de Processamento de Imagens (INPE)

E2T – Espaço, Educação e Tecnologia

FAB – Força Aérea Brasileira

FSO – Foguetes Suborbitais

FTP – Protocolo de Transferência de Arquivos (*File Transfer Protocol*)

GAT – Grupo de Apoio Técnico (MEC/MCTIC)

GIS – Sistema de Informação Geográfica (*Geographic*

Information System)

IAE – Instituto de Aeronáutica e Espaço

IAOp – Instituto de Aplicações Operacionais

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICT – Instituição de Ciência e Tecnologia

IEAv – Instituto de Estudos Avançados

IFI – Instituto de Fomento e Coordenação Industrial

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

INT – Instituto Nacional de Tecnologia

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change*)

IPEV – Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica

LAQFA – Laboratório Químico e Farmacêutico da Aeronáutica

LIT – Laboratório de Integração e Testes (INPE)

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP/RJ – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

MS – Ministério da Saúde

NSSC – *National Space Science Center (China)*

OBA – Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica

ON – Observatório Nacional

ONR – *Office of Naval Research (U.S.A)*

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas
para o Meio Ambiente
PRODES – Monitoramento da Floresta
Amazônica Brasileira por Satélite
SBSR – Simpósio Brasileiro de
Sensoriamento Remoto
SGT – Sistema de Gestão Territorial
SICAP – Sistema de Cadastro e Prestação
de Contas
SICONV – Convênios e Contratos de
Repasse da Administração Pública Federal
TI – Tecnologia da Informação
VLM – Veículo Lançador de
Microssatélites

SUMÁRIO

Palavra do Presidente	4
Excelência em gestão de projetos de P&D&I	5
Gestão	
A FUNCATE em números	9
Compras	9
Prestação de Contas e Remanejamento de Recursos	11
Recursos Humanos	12
Patrimônio e Doação de Bens	13
Movimentação Financeira e Fiscal	14
Assessoria Jurídica	14
Assessoria de Planejamento e de Relações Institucionais	15
Suporte e Desenvolvimento de TI	15
Geotecnologia	
Transferência de tecnologia	17
Projeto BM-DEFRA	18
Projeto MSA-BNDES	18
Projeto CERRADO 2012-2014	18
Projeto CETESB III	18
Portal do Coordenador	19
Descargas atmosféricas	
Núcleo de Monitoramento de Descargas Atmosféricas	21
Gestão de Projetos	
Cooperação e Serviços Técnicos	24
Prestação de contas	
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações Contábeis	27
Apoio às ICTs	
CELOG	36
CEMADEN	36
CETEM	37
DCTA	39
DCTA/IAE	39
DCTA/IEAv	40
DCTA/IFI	40
DCTA/IPEV	41
DCTA/ITA	41
IBICT	42
INPE	43
INT	46
LAQFA	48
MAST	48
ON	48
Anexos	
Parecer do Conselho Fiscal	49
Aprovação do Ministério Público referente ao exercício de 2016	50

PALAVRA DO PRESIDENTE

INVESTIR PARA VOLTAR A CRESCER

Como já era esperado, o ano de 2016 ainda apresentou um cenário bastante difícil para a área de CT&I, acompanhando a conjuntura nacional. Para 2017, as perspectivas não são muito diferentes para o setor. O contingenciamento de R\$ 2,2 bilhões do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), cuja verba disponível para empenho agora é de R\$ 2,828 bilhões, impõe restrições severas às instituições públicas de ciência e tecnologia, dificultando os investimentos em novos projetos e a continuidade daqueles já em andamento.

Para enfrentar a queda no repasse de recursos provenientes do financiamento de projetos por parte das agências de fomento, a FUNCATE precisou se reestruturar em 2016, efetuando cortes de despesas e readequações em seu orçamento procurando manter os esforços de melhorias, com vistas a elevar seus indicadores de eficiência, eficácia e efetividade.

Um novo Portal do Coordenador foi idealizado com o intuito de proporcionar maior agilidade e facilidade na interação dos responsáveis pelos projetos com a Fundação, principalmente na área de compras e contratações. Esperamos tê-lo otimizado e totalmente operacional em 2017.

Foram unificadas as duas Diretorias Técnicas e reduzido o número de Gerências Administrativas de cinco para três.

A Intranet da FUNCATE ganhou novo projeto gráfico e novas funcionalidades. A página principal agora está alinhada à identidade visual do site da Fundação na Internet, contribuindo para o fortalecimento e valorização da sua imagem institucional.

Em termos financeiros, a FUNCATE internalizou em 2017 recursos da ordem de R\$ 141 milhões. O valor corresponde à gestão de 85 projetos, sendo 51 convênios e 48 contratos de prestação de serviços, tendo encerrado o ano de 2017 com 74 projetos (46 convênios e 28 contratos de prestação de serviços). Dos recursos de terceiros previstos para o período, destinados à execução de convênios e termos de cooperação, foram repassados à FUNCATE R\$ 104 milhões, de um total previsto de R\$ 139 milhões. O percentual do valor recebido (74%) ficou acima dos anos anteriores (71% em 2016 e 49% em 2015).

A missão da FUNCATE como fundação de apoio a Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) se expandiu em 2017, com a autorização do Grupo de Apoio Técnico do MEC/MCTIC (GAT) para exercer esse papel também junto ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e ao Instituto de Aplicações Operacionais (IAOp). Estas instituições se juntaram ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Observatório Nacional (ON), Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e ao Laboratório Químico e Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA) que já contavam com o apoio desta Fundação, nos termos da lei nº 8.958/94. Alguns projetos que se destacaram em 2017 podem ser conhecidos em detalhes neste Relatório.

Tendo iniciado nossa gestão em fevereiro de 2017, contamos com a confiança dos nossos parceiros, o empenho da equipe FUNCATE e o apoio fundamental e imprescindível dos Conselheiros da Fundação, enfatizando nosso entusiasmo e determinação em trabalhar para fazer da FUNCATE uma instituição cada vez melhor.

Josiel Urbaninho de Arruda
Presidente do Conselho Diretor

EXCELÊNCIA EM GESTÃO DE PROJETOS DE P&D&I

A FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais foi instituída em 2 de dezembro de 1982, com o objetivo básico de contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país. Entidade de direito privado, sem fins lucrativos, possui autonomia patrimonial, financeira e administrativa na forma da lei. Rege-se através de Estatuto, Regimento Interno e demais dispositivos legais aplicáveis, e suas ações estão sujeitas ao controle e fiscalização do Ministério Público Estadual, de órgãos de controle e de órgãos financiadores em projetos específicos.

Desde 1996, a FUNCATE atua como fundação de apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), nos termos da Lei nº 8.958/94. Atualmente, também exerce o papel de fundação de apoio de outras 15 instituições de excelência no país, apresentadas nas páginas 15 a 19 deste relatório.

Ao longo de 35 anos de existência, a FUNCATE vem exercendo com competência seu papel no gerenciamento de projetos de pesquisa científica e tecnológica com financiamento de agências de fomento nacionais e internacionais. Também atua na execução de projetos com participação conjunta das instituições parceiras, visando o desenvolvimento tecnológico e de inovação do produto nacional.

Convênios e contratos

A FUNCATE tem papel fundamental como ente facilitador na captação de recursos por parte das instituições apoiadas. O compartilhamento das atividades dos laboratórios das instituições com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, é viabilizado por meio da simplificação de procedimentos burocráticos e da gestão administrativo-financeira de parcerias, contratos e convênios, e prestação de serviços.

Como interveniente em convênios firmados, cabe à Fundação a gestão financeira dos recursos disponibilizados e demais atividades necessárias à viabilização do plano de trabalho acordado entre as partes, realizando aquisições de bens e contratações de serviços, bem como de pessoal necessário à execução do projeto.

Em 2017, a FUNCATE administrou 85 projetos. No período foram internalizados recursos da ordem de R\$ 141 milhões, o que representa a manutenção do nível de liberação de recursos em relação ao exercício anterior. Manteve a gestão financeira de 51 convênios. Desse total, 8 tiveram início no período, com valor total de R\$ 24 milhões, e 11 foram finalizados. Em 31/dez, a FUNCATE administrava 28 centros de custos, referentes a contratos de prestação de serviços, e 46 convênios/termos de cooperação.

Missão

A FUNCATE tem como missão realizar atividades de gestão e de execução de contratos, convênios e acordos de parceria celebrados com entidades públicas e privadas, ligadas direta ou indiretamente a instituições de ciência e tecnologia, de forma ágil, eficiente e transparente, com o objetivo de fomentar a pesquisa, aplicar o conhecimento adquirido e apoiar a captação de recursos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e firmando-se como uma fundação de apoio capaz de agregar parceiros pela sua organização estrutural e funcional, pela credibilidade e excelência administrativa .

Visão

Ser referência na gestão e na execução de projetos.

Estratégia

- Apoiar a pesquisa, o ensino e a extensão, bem como a promoção do conhecimento, com base na cooperação técnica, científica e administrativa com instituições de ciência e tecnologia, com a finalidade de executar contratos, convênios e acordos de cooperação e de desenvolver projetos e serviços técnicos ou de consultoria.
- Aplicar o conhecimento adquirido ou desenvolvido com as instituições parceiras em assuntos temáticos tais como: Cartografia, Meio Ambiente, Transportes, Comunicações, Energia, Defesa e Planejamento Urbano e Regional..
- Acompanhar os coordenadores na elaboração de projetos, junto a organizações públicas e privadas, de acordo com a legislação vigente.
- Garantir a continuidade do processo de inovação em pesquisa, através do apoio no gerenciamento de projetos e na captação de recursos.
- Desenvolver atividades com outras entidades, compatíveis com os objetivos da FUNCATE, expressos em seu plano institucional.
- Desenvolver, de acordo com a disponibilidade financeira da FUNCATE, Programas de Bolsas de Apoio no atendimento aos objetivos estatutários.
- Possibilitar a transformação de descobertas científicas e tecnológicas das instituições de ciência e tecnologia em processos e produtos que possam reverter em benefícios para a sociedade.

Valores

- *Eficiência*

A busca pela eficiência está presente em todas as ações desenvolvidas.

- *Integridade*

Respeito aos aspectos legais deve ser a característica identificadora da administração e do gerenciamento dos recursos.

- *Colaboração*

A atuação é voltada para o trabalho em equipe, marcado pelo companheirismo, pelo respeito mútuo e pela confiança.

- *Inovação*

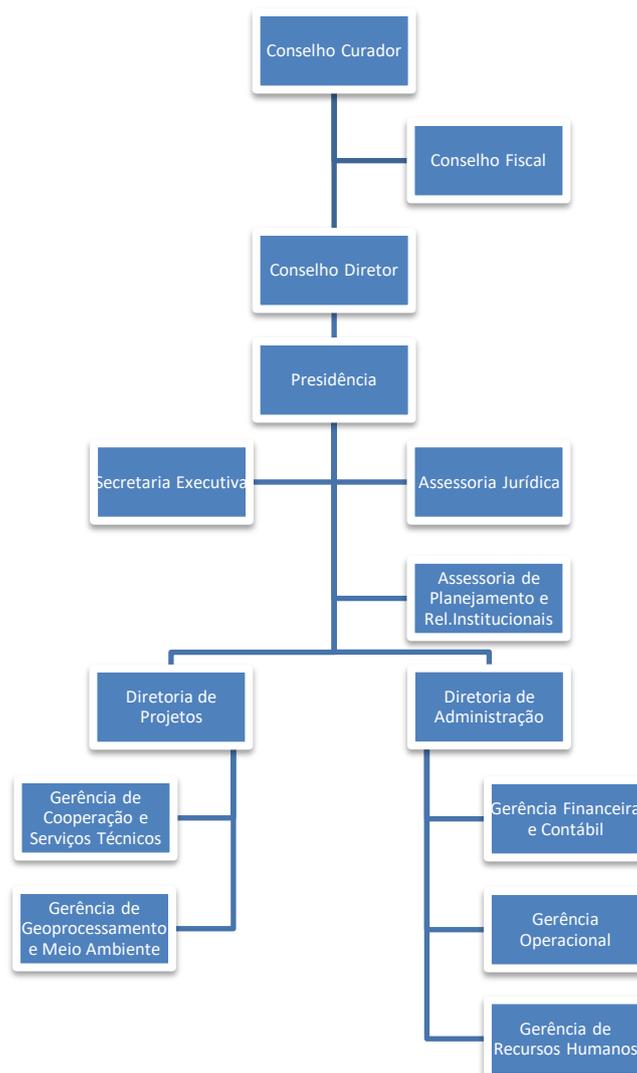
A busca de novas ideias para a melhoria do desempenho norteia a prática da equipe.

- *Postura*

A conduta é pautada pela ética e pelo relacionamento profissional, cordial e participativo.

Estrutura organizacional

O organograma abaixo apresenta a estrutura organizacional da FUNCATE em 31/Dez/2017.



Credenciamentos e Registros

- Credenciamento MEC/MCTI – Lei nº8.958/94

A FUNCATE encontra-se credenciada como Fundação de Apoio do INPE desde 13/Mai/1996. Também tem autorização para apoiar as seguintes instituições governamentais: CELOG, CEMADEN, CETEM, DCTA, IAE, IBICT, IAOP, IEAv, IFI, INT, IPEV, ITA, LAQFA, MAST e ON.

- Credenciamento CNPq - Lei nº 8.010/90 Registro de Credenciamento em 20/Set/1991, última renovação ocorrida em 09/Jul/2015, com validade até 08/Jul/2020.

- CREA

Registro de Pessoa Jurídica – CI - 1761820/2018, com validade até 31/Dez/2018.

- Inscrição no Ministério da Defesa – Portaria nº 2.700 – 16/Dez/2015

Inscrição da FUNCATE no Ministério da Defesa, como entidade privada executante de aerolevanteamento, categoria "c". Válida até 11/Dez/2020.

- Certificados e Registros – INPI Certificados de Marca FUNCATE nºs 8246870735, 824687078, 824687086, 824687094, com validade até 2027. Registro de Programa de Computador, Processo nº 10.152-1, com validade até 2019. Registros de Programas de Computador, Processos nºs 10.467-5 e 10.468-0, com validade até 2020.

Para apoio às ICTs, a FUNCATE encontrava-se, em 31/Dez/2017, cadastrada junto a 70 instituições, entre órgãos governamentais (Finep, Petrobras, Ministério do Planejamento - SICONV, BNDES) e empresas nacionais e junto ao *Air Force Office of Scientific Research (AFOSR)* e *Office of Naval Research (ONR)*, dos Estados Unidos.

GESTÃO

FUNCATE EM NÚMEROS

A estrutura organizacional da FUNCATE permite tornar efetivas as atividades de apoio à realização de projetos de pesquisa e de desenvolvimento, desde a fase inicial, de elaboração da proposta, até a sua finalização, com a devida prestação de contas. As áreas operacionais da Fundação estão aptas a proporcionar um apoio com qualidade e agilidade às instituições parceiras.

Propostas	2016		2017	
	Convênios	Prestação de Serviços	Convênios	Prestação de Serviços
Enviadas	21	2.214	27	1.621
Aprovadas	7	1.168	7	1.240
Pendentes	6	169	17	372
Não-Aprovadas	8	877	3	1.193

Centro de Custos	2016	2017	Var. %	Valor Novos Projetos 2016 (R\$ mil)	Valor Novos Projetos 2017 (R\$ mil)	Var. %
Convênios	60	50	- 17%	51	24	-52%
Contratos de Prestação de Serviços	53	35	- 34%	8	28	350%
Total	113	85	- 25%	59	48	-18%

COMPRAS

Foram realizados 58 processos de licitação, 1.003 de compra direta e 46 de importação, movimentando recursos totais da ordem de R\$ 63 milhões.

Processos de compra por modalidade

Modalidade	2016		2017	
	Nº processos	Valor (R\$)	Nº processos	Valor (R\$)
COMPRAS NACIONAIS				
Convite	6	263.028,18	-	-
Pregão	44	1.606.158,23	-	-
Tomada de Preço	3	153.600,00	-	-
Dispensa de Licitação	26	86.764.207,57	5	2.833.781,52
Inexigibilidade	7	1.569.241,98	10	20.292.681,14
Seleção Pública	44	39.146.084,89	43	33.166.430,14
Total Licitação	130	129.502.320,85	58	56.292.892,80
Compras Diretas	1.588	8.224.545,68	1.003	6.467.919,08
Total compras nacionais	1.718	137.726.866,53	1.061	62.760.811,88
COMPRAS NO EXTERIOR				
Licitação	19	26.949.300,00	1	868.713,06
Compra direta	95	1.188.574,32	45	865.040,82
Total compras exterior	114	28.137.874,32	46	1.733.753,88
Total processos	1.832	165.864.740,85	1.107	64.494.565,76

Licitações por instituição – nacionais

Instituição	2016		2017	
	Nº Processos	Valor (R\$)	Nº Processos	Valor (R\$)
AEB	64	2.909.975,10	-	-
CETEM	1	110.934,00	1	171.864,25
DCTA	12	71.713.189,28	7	1.297.016,94
FUNCATE	5*	-	-	-
INPE	27	50.623.576,22	41	54.535.480,61
INT	21	4.144.646,25	9	288.531,00
Total	130	129.502.320,85	58	56.292.892,80

*Refere-se a Registro de Preços para atender às necessidades das instituições apoiadas

Licitações por tipo de despesa – nacionais

Tipo de despesa	2016	2017
	R\$	R\$
Consumo	12.827.155,63	1.538.842,33
Equipamento	99.583.549,85	4.035.175,24
Serviço	17.091.615,37	50.718.875,23
Total	129.502.320,85	56.292.892,80

Compra direta por instituição – nacionais

Instituição	2016		2017	
	Nº Processos	Valor (R\$)	Nº Processos	Valor (R\$)

AEB	282	768.984,70	17	23.970,88
CETEM	67	441.512,82	20	86.373,41
DCTA	246	2.053.179,76	181	1.182.951,47
FUNCATE	142	262.058,09	69	82.235,86
IBICT	-	-	1	3.999,99
INPE	430	3.183.365,23	492	4.065.033,01
INT	421	1.515.445,08	223	1.023.354,46
Total	1.588	8.224.545,68	1.003	6.467.919,08

Compra direta por tipo de despesa – nacionais

Tipo de Despesa	2016	2017
	R\$	R\$
Consumo	2.170.101,51	1.367.926,33
Equipamento	1.743.322,81	3.054.825,40
Serviço	4.311.121,36	2.045.167,35
Total	8.224.545,68	6.647.919,08

Licitações por instituição – importações

Instituição	2016		2017	
	Nº Processos	Valor (R\$)	Nº Processos	Valor (R\$)
AEB	10	587.950,61	-	-
DCTA	1	58.457,63	-	-
INPE	7	25.745.321,69	1	868.713,06
INT	1	557.570,07	-	-
Total	19	26.949.300,00	1	868.713,06

Compra direta por instituição – importações

Instituição	2016		2017	
	Nº Processos	Valor (R\$)	Nº Processos	Valor (R\$)
AEB	15	78.053,96	-	-
CETEM	10	44.053,37	-	-
DCTA	19	268.621,87	11	160.775,75
FUNCATE	3	5.708,40	1	6.336,12
INPE	34	655.773,94	26	207.960,19
INT	14	136.362,78	7	489.968,76
Total	95	1.188.574,32	45	865.040,82

Importações por tipo de despesa – importações

Tipo de Despesa	2016	2017
	R\$	R\$
Consumo	808.432,37	166.309,77
Equipamento	23.067.576,61	1.434.713,57
Serviço	4.261.865,34	132.730,54
Total	28.137.874,32	1.733.753,88

Passagens emitidas

Em 2017, a FUNCATE viabilizou a aquisição de hospedagens e de passagens aéreas nacionais e internacionais, no apoio às atividades previstas nos projetos. Foram adquiridas 672 passagens, totalizando R\$ 1.122.274,46.

	2016	2017	Var. (%)
Nº de passagens	760	672	-11%
Valor total (R\$)	1.056.517,38	1.122.274,46	+6%

Quantidade de passagens emitidas por instituição

Instituição	2016	2017	Var. (%)
AEB	90	17	-81%
CETEM	24	31	29%
DCTA	23	30	30%
FUNCATE	31	38	22%
IBICT	5	1	-80%
INPE	380	511	34%
INT	134	44	-67%
Outras instituições e universidades	73	-	-100%
Total	760	672	-11%

PRESTAÇÕES DE CONTAS E REMANEJAMENTOS DE RECURSOS

Em atendimento ao disposto na legislação e conforme definido nos termos contratuais, a FUNCATE efetua a prestação de contas dos recursos recebidos pelos convênios, seguindo os formulários específicos de cada instituição, atendendo a diligências e consultas sobre essas prestações até a sua aprovação final. Em 2017, foram encaminhados 23 processos de prestações de contas aos financiadores e atendidas 51 respostas a questionamentos das prestações de contas

Prestação de contas por executor

EXECUTOR	QUANTIDADE	VALOR
DIV.UNIVERSIDADES	1	7.657.770,53
CETEM	3	477.143,36
DCTA	3	7.492.525,45
INPE	13	23.492.031,92
INT	3	5.269.353,12
TOTAL	23	44.388.824,38

Prestação de contas por financiador

FINANCIADOR	QUANTIDADE	VALOR
AEB	1	7.657.770,53
BNDES	1	18.187.743,96
BANCO MUNDIAL	9	1.100.613,58
FINEP	7	14.815.541,29
PETROBRAS	2	1.285.647,21

NSSC	1	1.139.798,96
PNUMA	2	201.708,85
TOTAL	23	44.388.824,38

Em 2017, a FUNCATE recebeu visitas de auditoria em duas oportunidades. De 15 a 19 de maio, a empresa Sá e Leitão Auditores realizou auditoria do projeto BM/DEFRA. Também em maio, foi realizada fiscalização através do Portal de Convênios SICONV do projeto SCV/CBERS-4A. De 3 a 6 de outubro, foi realizada fiscalização financeira dos projetos FINEP/PROPSAT, FINEP/PELIT e FINEP/SPD. No período, 8 prestações de contas finais foram aprovadas técnica e financeiramente, sendo 1 pela AEB, 4 pela FINEP e 3 pela PETROBRAS.

Remanejamento de Recursos de Convênios

A área de Controle e Prestação de Contas auxiliou a coordenação dos projetos na elaboração e envio, através dos portais dos órgãos concedentes, de um total de 67 solicitações de reformulação financeira de Convênios e Termos de Cooperação

RECURSOS HUMANOS

Para viabilizar a execução dos projetos pelas instituições apoiadas, a FUNCATE realiza a contratação de recursos humanos, nas modalidades CLT, autônomo, bolsista e estagiário. Em 2017, a FUNCATE gerenciou recursos da ordem de R\$ 46 milhões, referentes a movimentação de pessoal, encerrando o exercício com 271 colaboradores celetistas.

Como forma de se manter permanentemente atualizada sobre os temas inerentes à área, a Gerência de Recursos Humanos da FUNCATE participou, em 2017, de oito reuniões mensais organizadas pelo CESVAP – Comitê de Estudos Salariais do Vale do Paraíba e de uma reunião realizada pela COBERTVAP – Comissão de Benefícios e Relações Trabalhistas do Vale do Paraíba.

Em dezembro de 2017, a FUNCATE contava com 430 colaboradores (celetistas, autônomos, estagiários e bolsistas), incluindo o Presidente do Conselho Diretor, como demonstram os quadros a seguir:

Admitidos	Demitidos	Total em dezembro
61	149	271

Outras Contratações	2016		2017	
	Pagamento (média mensal – R\$ mil)	Custo anual (R\$ mil)	Pagamento (média mensal – R\$ mil)	Custo anual (R\$ mil)
Autônomo	21	257	132	265
Bolsista	270	3.240	515	2.194

Estagiário	17	200	95	90
------------	----	-----	----	----

Profissionais contratados em projetos desenvolvidos com instituições apoiadas, nos termos do Decreto nº 7423/10 (dezembro de 2017)

Projeto	Celetista	Autônomo	Estagiário	Bolsista
AEB	5	-	-	-
CETEM	-	-	-	4
DCTA	22	-	-	-
IBICT	1	-	-	-
INPE	171	3	2	24
INT	11	-	1	23
IEAV	4	-	-	-
ITA	2	100	-	-
Total	216	103	3	51

Profissionais Administrativos da FUNCATE (dezembro de 2017)

Celetista	Autônomo	Pró-labore
48	1	1

Capacitação de pessoal

A capacitação e atualização constante de sua equipe de trabalho são metas permanentes da FUNCATE. Em 2017, a Sala de Treinamento foi ocupada por 532 usuários, para capacitações diversas entre outros eventos.

Banco de candidatos

A FUNCATE mantém em seu portal na Internet um Banco de Candidatos, para o recebimento de currículos. Em 2017 foram postados 262 currículos, sendo 129 da área administrativa, 47 da área de informática, 53 para a área de geoprocessamento, 30 para engenharias e 3 para outras áreas.

PATRIMÔNIO E DOAÇÃO DE BENS

Foram inseridos 132 novos bens no ativo fixo da Fundação. Também foram doados 222 bens às instituições executoras dos projetos.

Em 2017, recebemos a doação de 5 equipamentos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Doação de bens adquiridos com recursos de projetos e de convênios

Tipo	2016				2017			
	Contratos		Convênios		Contratos		Convênios	
	Qtde.	R\$ mil						
Móveis e Utensílios	9	48	229	105	2	3	6	8
Equipamentos	36	199	421	2.432	35	322	156	6.785
Livros	0	0	14	8	0	0	4	1
Veículos	0	0	1	22	0	0	2	131

Software	2	2	0	0	0	0	17	294
Total	47	249	665	2.567	37	325	185	7.219

Doação de bens por obsolescência (adquiridos com recursos da FUNCATE)

Tipo	2016		2017	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Móveis e Utensílios	0	0	154	41
Equipamentos	0	0	135	160
Equipamentos Telefônicos	0	0	18	13
Instalações	0	0	26	31
Máquinas e Equipamentos	0	0	6	1
Software	0	0	22	262
Total	0	0	361	508

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E FISCAL

A FUNCATE administrava 372 contas bancárias em dezembro de 2017, entre contas correntes e contas de poupança e de aplicações financeiras, representando um aumento de 66% em relação ao ano de 2016.

Em 2017, houve uma diminuição das médias mensais referentes as movimentações financeiras, faturas emitidas e lançamentos fiscais.

Item	Quantidade		
	2016	2017	Var.%
Média mensal da movimentação financeira	4.078	3.700	-10%
Média mensal de faturas emitidas	166	148	-11%
Média mensal de lançamentos fiscais	630	480	-24%
Contas bancárias	224	372	+66%

ASSESSORIA JURÍDICA

Em 2017, esta Assessoria manteve o acompanhamento dos processos sob a responsabilidade do escritório Gandra Martins e Rezek (na área tributária) e Pimentel e Fernandes Advogados Associados (na área trabalhista).

Providenciou a renovação e o protocolo do credenciamento da FUNCATE como fundação de apoio do INPE. De acordo com a Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017, a FUNCATE foi credenciada pelo prazo de 5 (cinco) anos (MP convertida na [Lei nº 13.530, de 07 de dezembro de 2017](#)).

Acompanhou os processos de renovação da autorização como fundação de apoio do INT, do IAE, do ON, do IPEV, do IFI, do CETEM, do IBICT, do IEAv, do ITA, do CEMADEN, do MAST e do LAQFA junto ao GAT/MEC, além de solicitar novas autorizações para atuar como fundação de apoio do DCTA e do IAOp.

Manteve o trabalho de inclusão de andamentos dos processos judiciais no software Themis e a leitura diária do Diário Oficial da União, bem como a assistência aos Conselhos Fiscal, Diretor e Curador em suas reuniões, ressaltando-se a alteração do

Estatuto, ocorrida em 09 de fevereiro de 2017 e as eleições para Presidente do Conselho Diretor, ocorridas em 09 e 15 de fevereiro de 2017.

Assumiu o controle do sistema de publicação das normas internas da FUNCATE, ficando responsável por inserir e dar publicidade as normas elaboradas pela Direção.

Analizou 425 instrumentos jurídicos, entre contratos, convênios, termos de ajuste e termos de cooperação (incluindo aditivos), representando um aumento de 60% nas análises em relação ao ano anterior.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A Assessoria de Planejamento e de Relações Institucionais contribui de forma efetiva para o cumprimento do orçamento institucional da FUNCATE, aprovado anualmente pelo Conselho Curador da Fundação.

Assim em 2017, foi concluída reestruturação da Intranet da Fundação, iniciada em 2016. Além da criação de novo layout e da atualização do conteúdo, foram criadas novas funcionalidades e seções, visando atender às necessidades do público interno da FUNCATE. A iniciativa contou com o apoio operacional da área de Suporte de TI e a colaboração das demais áreas, por meio de comissão designada para esse projeto.

Integram ainda as atividades da Assessoria: a elaboração do orçamento institucional e seu acompanhamento, emitindo relatórios mensais ao presidente do Conselho Diretor e aos diretores da Fundação; a elaboração do Relatório de Atividades anual, assim como do relatório SICAP encaminhado ao Ministério Público Estadual; o cadastramento e atualização das informações da FUNCATE junto aos clientes que utilizam os serviços prestados pelas instituições apoiadas, com crescente demanda de certidões e documentos oficiais da Fundação; e a manutenção do conteúdo dos sites na Internet e Intranet.

Buscou em sites públicos, a divulgação de oportunidades de novos projetos e repassando-as para às Gerências Técnicas para avaliação.

Manteve atualizado o cadastro de 70 clientes, tendo efetuado 21 novos cadastros no período.

Também foi realizada em 2017 a renovação dos certificados de registros de marca FUNCATE, junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), por 10 anos.

SUPORTE E DESENVOLVIMENTO DE TI

A área de TI tem desempenhado papel estratégico no processo de melhorias estruturais internas na FUNCATE. Além de prestar consultoria ao ERP Protheus, a equipe de TI atende às demandas da Assessoria de Planejamento e de Relações Institucionais (APR), visando à promoção de atualizações e alterações no portal da Fundação na Internet, alterações na Intranet, entre outros. No início de 2017, a APR e a TI concluíram a reestruturação da Intranet da FUNCATE,

Em 2017, a área administrou a manutenção de um parque de 28 servidores com Sistema de Backup Automatizado, Controladores de Rede, Servidores de Dados, FTP, BD, WEB, etc., além de 179 desktops e laptops distribuídos entre as áreas técnica e administrativa. Também teve início em 2017 a implantação da versão 12 do Sistema

ERP TOTVS Protheus, visando à otimização dos dados e a atender as obrigações e exigências governamentais.

GEOTECNOLOGIA

GEOTECNOLOGIA

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A FUNCATE oferece à sociedade importante diferencial na área de Geotecnologia, com atividades como geoprocessamento sensoriamento remoto, desenvolvimento de soluções e capacitação. Para a realização desse trabalho, utiliza a tecnologia desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a

transforma em produtos para atender a instituições públicas e privadas, cumprindo seu objetivo de transferência de tecnologia.

Geoprocessamento e Sensoriamento remoto

- Estimativas de emissões de gases de efeito estufa no setor LULUCF
- Levantamento e monitoramento de uso e cobertura da terra
- Levantamento e monitoramento de recursos naturais
- Mapas de Aptidão Agrícola
- Zoneamento Ecológico Econômico
- Cadastro ambiental rural
- Mosaico contínuo de imagens
- Base cartográfica digital
- Planta Genérica de Valores (PGV)

Desenvolvimento de soluções

- Aplicações em geoprocessamento de arquitetura integrada para ambiente corporativo
- Manipulações de grandes bases de dados
- Soluções web
- Soluções mobile

Capacitação

- Conceitos Básicos da Ciência da Geoinformação
- Formação no Sistema TerraView
- Formação no Sistema TerraAmazon
- Formação no Sistema TerraSGT
- Formação no Desenvolvimento de página internet utilizando API TerraPHP

STATUS DA EXECUÇÃO FÍSICA DOS CONVÊNIOS ADMINISTRADOS PELA GERÊNCIA DE GEOPROCESSAMENTO E MEIO AMBIENTE (DEZEMBRO)

Status da Execução Física	Quantidade	%
Conforme Cronograma	5	100%
Atrasado	0	0%
Total	5	100%
Assinado no Exercício	0	0%
Em andamento	3	60%
Encerrado no Exercício	2	40%
Total	5	100%

Em 2017, a equipe da Gerência de Geoprocessamento e Meio Ambiente participou de 11 eventos nacionais e 4 Internacionais

Foram realizadas no ano visitas externas para reuniões técnicas junto a PETROBRAS, no Rio de Janeiro, na CETESB, em São Paulo, na Secretária Especial de Agricultura Familiar (antigo MDA) e na Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os projetos em destaque desta gerência são:

PROJETO BM-DEFRA

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL, REINO UNIDO E BANCO MUNDIAL “REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E DAS QUEIMADAS NO CERRADO BRASILEIRO”

Tem por objetivo a implantação de uma nova opção tecnológica de geoprocessamento do INPE, “TERRA-MA²-Queimadas”, em versão específica para o fogo na vegetação do País, conforme as necessidades atuais do MMA e de seus programas. Ela deve ser considerada na sequência de inúmeros desenvolvimentos anteriores de sucesso entre o MMA e o INPE. Mais detalhes técnicos e resultados da nova tecnologia encontram-se em <http://www.dpi.inpe.br/terrama2/>.

O projeto visa desenvolver e disseminar uma plataforma de monitoramento, análise e alerta de queimadas e incêndios florestais para subsidiar a tomada de decisões de gestores ambientais, com foco no bioma Cerrado.

PROJETO MSA-BNDES

Contrato de Concessão de colaboração Financeira não reembolsável entre BNDES, INPE e FUNCATE”

Monitoramento da Amazônia por Satélite

O projeto tem por objetivo apoiar o desenvolvimento de estudos sobre usos e cobertura da terra no Bioma Amazônia, bem como a ampliação e o aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O projeto abrange toda a região Amazônica e, em determinadas ações, tem potencial de compartilhamento da metodologia e de utilização dos dados, tecnologias e equipamentos para monitoramento ambiental em outras regiões e biomas brasileiros, assim como em outros países tropicais.

PROJETO CERRADO 2012-2014

Contrato com Banco Mundial

Monitoramento do desmatamento do Cerrado para os anos 2012 e 2014

O objetivo do Projeto é o de mapear o desmatamento ocorrido no bioma Cerrado nos anos de 2012 e 2014 baseado nos dados da série histórica deste bioma cedida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), indicar o tipo de formação vegetacional afetada pelo desmatamento e estimar a emissão de CO₂.

PROJETO CETESB III

3º Inventário de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa Diretos e Indiretos do Estado de São Paulo

EMISSIONES E REMOÇÕES DO SETOR DE USO DA TERRA, MUDANÇA DO USO DA TERRA E FLORESTAS (2011 A 2015)

O inventário de emissões pode ser uma importante ferramenta de planejamento e definição de ações e medidas de mitigação (redução da emissão de gases de efeito estufa ou fortalecimento dos sumidouros). As metodologias do IPCC são desenvolvidas para aplicação nos inventários nacionais de gases de efeito estufa, entretanto, podem ser úteis e são apropriadas para o desenvolvimento de inventários subnacionais. Porém, há necessidade de se ter clara a finalidade de um inventário estadual, e de se assegurar a consistência da série temporal através da utilização de metodologias consistentes ao

longo do tempo. Por outro lado, este inventário, como vetor de apoio às políticas públicas estaduais, deve receber constantes aprimoramentos de acordo com novos dados e tecnologias disponíveis. Nesse sentido, os próximos esforços na série de Inventários do Estado de São Paulo, deverão ser feitos para que as incertezas sejam reduzidas, através da utilização de dados (fatores de emissões e mapas de carbono) específicos do Estado.

PORTAL DO COORDENADOR

Em 2017, a área de geoprocessamento iniciou a preparação do Novo Portal do Coordenador da Funcate.

O Portal do Coordenador foi desenvolvido com recursos próprios da FUNCATE e tecnologia aberta. Permite que os coordenadores e apoiadores de projetos de instituições e empresa que estão sendo administrados pela FUNCATE possam elaborar requisições de diferentes tipos:

- Compras (nacionais e internacionais);
- Apoio a Viagens (diárias, passagens aéreas, traslado, hospedagens, adiantamentos);
- Recursos Humanos (celetistas, bolsistas, estagiários e autônomos);
- Financeiras (adiantamentos e reembolsos).

A utilização de uma tecnologia orientada a internet (Web) e com controle de acesso de usuários permite ao coordenador de projeto, e seus apoiadores, gerarem requisições em qualquer local desde que haja acesso a rede de internet.

DESCARGAS ATMOSFÉRICAS

Núcleo de Monitoramento de Descargas Atmosféricas

Em continuidade as atividades do Núcleo de Monitoramento de Descargas Atmosféricas, em 2017 foram encaminhadas 26 propostas, aditados 4 contratos e gerados 7 novos contratos para serviços de monitoramento, previsão e emissão de alertas de descargas atmosféricas. Nesse mesmo período, foram emitidos 304 alertas e a assertividade média do sistema foi de 89% o que, em termos de previsão meteorológica, é bastante alto. A Tabela a seguir mostra um resumo dos alertas emitidos para cada empreendimento monitorado e sua assertividade média geral.

Parceiro	Qtde. Alertas	Assertividade (%)
P01	94	88
P02	110	92
P03	106	93
P04	106	88
P05	132	91
P06	104	90
P07	86	83
P08	117	89
P09	61	80
P10	11	100
P11	37	86
P12	154	90

P13	70	87
P14	15	93
P15	7	86
P16	207	88
P17	97	93
P18	8	88
P19	233	85
P20	65	82
P21	65	83
P22	22	95
P23	108	93
P24	6	83
P25	72	93
TOTAL	304	89

Também em 2017, foram desenvolvidos diversos sistemas com o objetivo de agilizar diversos processos manuais. Dentre estes sistemas destacam-se:

Sistema MDEV:

O sistema MDEV é uma página web disponibilizada para uso interno. Nesta página é possível encontrar algumas estatísticas simples para as empresas e alguns subsistemas utilizados para aumentar a eficiência da operação meteorológica, os quais são descritos a seguir:

- **Consolidações:** Foi desenvolvido um sistema automático para a elaboração das consolidações das empresas. O sistema acessa o banco de dados, calcula as variáveis e gera o documento no formato PDF ou CSV contendo gráficos e o relatório de alertas.
- **Boletins meteorológicos:** Aumentou-se a eficiência no preenchimento dos boletins meteorológicos emitidos para as empresas através de um sistema automático de **preenchimento**. Este sistema lê as informações geradas pelas simulações no modelo WRF (modelo meteorológico utilizado na operação), calcula as variáveis necessárias e escreve em uma tabela no banco de dados as informações correspondentes a cada empresa. Em seguida, um outro sistema utiliza esta tabela para preencher os boletins. Por fim, o meteorologista responsável por enviar as previsões para as empresas verifica os boletins previamente preenchidos pelo sistema e, se necessário, faz as devidas correções.
- **Monitoramento:** Um outro sistema de monitoramento foi desenvolvido a fim de fornecer informações adicionais acerca das empresas monitoradas. Este sistema avisa, através de um alerta sonoro, quando há ocorrência de descargas atmosféricas próximas às empresas. Além disto, também é possível visualizar os locais em alertas, a duração destes alertas, o número de descargas ocorridas nas distâncias de 50, 20, 10, 4 e 1km do ponto monitorado, a distância da descarga mais próxima e o tempo transcorrido desde a última descarga mais próxima. Ainda, o sistema também avisa quando um determinado local se encontra em alerta por um tempo significativo.

- **Meteograma:** Os meteogramas foram arranjados em uma nova estrutura de diretórios, facilitando a alteração, inclusão e exclusão de empresas quando necessário.
 - **MERGE:** Foi desenvolvido um script para operacionalizar o download e a criação de figuras do MERGE.

Restruturação do Portal nucleo.tempestades.org.br

O Portal está sendo reestruturado com um novo Layout, estrutura e funcionalidades.

Cooperação e Serviços Técnicos

Em 2017, a FUNCATE, através da gerência de Cooperação e Serviços Técnicos acompanhou de perto o desenvolvimento dos projetos apoiados, não só na gestão administrativa e financeira, como também por meio da interação permanente da Diretoria de Projetos com os dirigentes das ICTs e coordenadores.

Dentre as principais atividades realizadas pela gerência de Cooperação e Serviços Técnicos, destacam-se:

DCTA-Royalties e ITA/MEEVI – Em agosto de 2017 foram assinados os convênios de captação de royalties provenientes das vendas de aviões pela Embraer e a sua primeira aplicação no convênio do ITA para modernização do ensino de engenharia visando à inovação. Houve grande participação da gerência de Cooperação e Serviços Técnicos na realização das contratações e aquisições para o vestibular do ITA, um dos objetivos deste convênio.

FINEP/PELIT – Com a liberação de grande parte do recurso financeiro pela FINEP foi possível prosseguir com as providências para a realização da licitação e contratação da obra da primeira etapa de ampliação do prédio do LIT. Esta primeira etapa consiste na construção de 5.600 m² referente ao prédio das câmaras.

SCV/AEB-E2T – Participação no Chamamento Público que culminou na assinatura do termo de fomento com a AEB utilizando a lei 13.019/14 para execução de ações do Projeto E2T. O Projeto E2T está ligado ao Programa Espaço Educação da AEB e visa contribuir para formação de indivíduos mais conscientes sobre as questões ligadas à C&T e os impactos por ela causados na sociedade, cultura, economia, educação, meio acadêmico, instituições de pesquisa e iniciativa privada. Busca diminuir a lacuna existente entre a sociedade e instituições de pesquisa e seus profissionais, possibilitando acesso a informações, laboratórios, centro de pesquisas, contatos pessoais e experiências práticas. E o mais importante, pretende com suas ações, despertar nos jovens estudantes de ensino fundamental, médio e superior a curiosidade, o interesse e a vocação por este setor das ciências e economia nacional.

Iniciou-se o processo para contratação de pessoal e de toda a infraestrutura necessária para o escritório da FUNCATE em Brasília. As primeiras atividades do projeto foram realizadas em 2017 como workshop, Semana de Engenharia Aeroespacial, encontro de professores e inauguração do CVT-Espacial em Natal.

LAQFA-MPPI – Realizada a licitação que resultou na contratação da empresa que está realizando a obra de reforma visando a modernização do parque produtivo industrial do LAQFA-Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica.

DLR-3 – Firmado Acordo de Colaboração com o Instituto MORABA do Centro Espacial Alemão (DLR) para carregamento de propulsores de foguetes de sondagem a serem lançados da base de Esrange, na Suécia. Várias contratações e aquisições foram realizadas para o cumprimento do cronograma de lançamentos.

SCV/VLM-1 – Em 2017 houve grande evolução na definição da metodologia a ser utilizada para a prestação de contas das despesas operacionais e administrativas a todos os institutos do DCTA. Para isto, a gerência Cooperação e Serviços Técnicos fez parte

da equipe de trabalhos da FUNCATE. Quanto à execução do projeto, foi feita a fiscalização do contrato de fornecimento de motores S50 com intensa participação em reuniões e visitas à empresa contratada.

SCV/AMAZÔNIA-1 – Além da fiscalização dos contratos no âmbito do convênio, adiantou-se a negociação para a contratação das baterias do satélite Amazônia.

SCV/CBERS-4A – Com a liberação de recursos no final de 2016, foram providenciados os processos de contratação das empresas para a execução dos subsistemas do satélite CBERS 4A.

Foram feitas visitas a instituições apoiadas em 2017, além de instituições e empresas, tais como: INPE, DCTA, IAE, IFI, IEAv, CVT-Educacional, LAQFA. Representou a FUNCATE na inauguração do CVT-Educacional, em Natal/RN, na XV Jornada Espacial no Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) e acompanhou a assinatura do Convênio com Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (DCTA).

STATUS DA EXECUÇÃO FÍSICA DOS CONVÊNIOS ADMINISTRADOS PELA

GERÊNCIA DE COOPERAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS (DEZEMBRO)

Status da Execução Física	Quantidade	%
Conforme Cronograma	33	74%
Atrasado	12	26%
Total	45	100%
Assinado no Exercício	6	13%
Em andamento	33	74%
Encerrado no Exercício	6	13%
Total	45	100%